

TC S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263UN-046-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros(as) e Administradores(as) da
TC S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do TC S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do TC S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Processo para geração de relatórios financeiros de contas a receber de clientes, receitas operacionais e passivos contratuais

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Em função do seu setor de atuação, a Companhia apresenta volume significativo de vendas de assinaturas, cursos e treinamentos realizados por meio de sua plataforma digital, cujas contrapartidas financeiras resultam, majoritariamente, em contas a receber e passivos contratuais decorrentes de vendas parceladas realizadas via cartões de crédito. A geração, mensuração e controle dessas informações envolvem grande volume de transações, pulverizadas e descentralizadas, bem como a utilização de sistemas e controles para refletir adequadamente os valores a receber dos usuários e as obrigações contratuais associadas às vendas cujo desempenho ainda será satisfeito ao longo do tempo. Considerando o grau de julgamento e a complexidade dos processos envolvidos na determinação desses montantes, consideramos novamente a geração das informações relacionadas às contas a receber e respectivos passivos contratuais como um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho dos controles internos relacionados à geração, registro e conciliação das informações de contas a receber e passivos contratuais, bem como análise das premissas utilizadas pela administração da Companhia para o reconhecimento de receitas, observando se as políticas estavam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB);
- Realização de procedimentos substantivos (testes de detalhe) para as vendas com assinaturas, cursos e treinamentos através de amostragens selecionadas de forma estatística, tendo como objetivo a análise e a validação do reconhecimento e mensuração das vendas de acordo com o plano contratado por cada usuário; e
- Avaliação das divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Durante a execução desses procedimentos, identificamos uma deficiência nos controles internos da Companhia relacionada ao processo de geração e conciliação das informações de contas a receber e passivos contratuais decorrentes das vendas de assinaturas, cursos e treinamentos. Em nossa avaliação, tal deficiência constitui uma deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia. Desta forma, revisamos nossa avaliação dos riscos relacionados ao tema e alteramos nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A referida deficiência significativa foi comunicada aos responsáveis pela governança, observando as normas de auditoria.

Com base nos procedimentos efetuados, considerando o conjunto das evidências obtidas em nossos procedimentos de auditoria, concluímos que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão consistentes com as informações analisadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perda por *impairment* de ágio por expectativa de rentabilidade futura nos montantes de R\$ 13.297 mil e R\$ 4.505, como divulgado na Nota Explicativa nº 14 e 16, respectivamente, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado novamente como um principal assunto de auditoria devido à complexidade envolvida no processo de avaliação da recuperabilidade do ágio que envolve um alto grau de subjetividade, tendo em vista que é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para múltiplos períodos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma significativa, pelas condições de mercado e cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de nossos especialistas internos de finanças corporativas para análise das premissas, revisão dos cálculos envolvidos e análise da consistência entre os dados, quando aplicável. Também conduzimos testes de exatidão matemática bem como avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, consideramos que os critérios e premissas adotados para determinar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados pela administração, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, bem como as respectivas divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

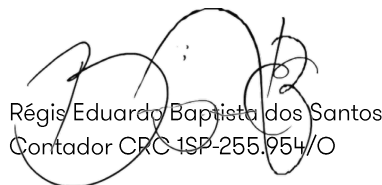
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O



TC S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.034	12.197	9.140	33.112
Aplicação financeira vinculada	9	-	1.144	-	1.144
Contas a receber	10	3.198	3.519	3.338	4.266
Adiantamentos	-	300	820	1.943	4.461
Impostos a recuperar	11	3.050	5.113	3.454	5.369
Outros créditos	12	2.374	18.396	2.439	18.515
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	30	-	167	-	167
Ativos mantidos para venda	34	21.080	-	46.457	-
Total do ativo circulante		33.036	41.356	66.771	67.034
Ativo não circulante					
Aplicação financeira LP	9	-	-	9.146	-
Impostos a recuperar	11	15.825	12.030	15.825	12.104
Outros créditos	12	1.145	2.461	1.146	2.503
Ativo fiscal diferido	19	-	-	-	168
Partes relacionadas	24	15.693	11.150	4.495	432
Ativos financeiros	13	15.224	34.702	15.224	34.702
Investimentos	14	41.082	95.370	12.754	17.311
Imobilizado	15	103	4.898	126	7.865
Intangível	16	3.702	14.155	18.202	74.662
Total do ativo não circulante		92.774	174.766	76.918	149.747
Total do ativo		125.810	216.122	143.689	216.781

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

TC S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	17	548	754	906	1.325
Obrigações tributárias	18	81	248	505	879
Passivo de contrato	20	553	274	553	274
Arrendamento	21	78	66	78	775
Outras contas a pagar	22	3.481	12.074	1.619	12.651
Instrumentos financeiros derivativos	30	57	-	57	-
Passivo não circulante mantidos para venda	34	-	-	4.381	-
Total do passivo circulante		4.798	13.416	8.099	15.904
Passivo não circulante					
Arrendamento	21	28	-	28	1.835
Provisão para perdas com investimentos	14	5.451	1.976	-	-
Provisão para contingências	23	2.785	2.185	2.785	2.185
Total do passivo não circulante		8.264	4.161	2.813	4.020
Patrimônio líquido					
Capital social	25	581.164	581.164	581.164	581.164
Reserva de capital		25.963	25.975	25.963	25.975
Ações em tesouraria		(4.706)	(4.870)	(4.706)	(4.870)
Prejuízos acumulados		(489.673)	(403.724)	(489.673)	(403.724)
Total do patrimônio líquido		112.748	198.545	112.748	198.545
Participação não controladores					
		-	-	20.029	(1.688)
Total do patrimônio líquido		112.748	198.545	132.777	196.857
Total do passivo e patrimônio líquido					
		125.810	216.122	143.689	216.781

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

TC S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Operações Continuadas					
Receita líquida	26	13.894	13.405	22.335	23.868
Custo do serviço prestado	27	(15.605)	(18.779)	(19.788)	(23.266)
(Prejuízo) lucro bruto		<u>(1.711)</u>	<u>(5.374)</u>	<u>2.547</u>	<u>602</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas / marketing	27	(3.058)	(5.279)	(3.170)	(6.099)
Gerais e administrativas	27	(53.275)	(41.686)	(60.166)	(49.689)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	(33.940)	(38.588)	(34.112)	(38.771)
Equivalência patrimonial	14	(2.805)	(1.057)	374	2.291
Total		<u>(93.078)</u>	<u>(86.610)</u>	<u>(97.074)</u>	<u>(92.268)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(94.789)</u>	<u>(91.984)</u>	<u>(94.527)</u>	<u>(91.666)</u>
Receita financeira	28	10.865	7.431	10.837	7.536
Despesa financeira	28	(2.783)	(3.254)	(2.855)	(3.714)
Resultado financeiro, líquido		<u>8.082</u>	<u>4.177</u>	<u>7.982</u>	<u>3.822</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(86.707)</u>	<u>(87.807)</u>	<u>(86.545)</u>	<u>(87.844)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	-	-	(199)	(1.056)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	-	-	15
Resultado líquido das operações continuadas		<u>(86.707)</u>	<u>(87.807)</u>	<u>(86.744)</u>	<u>(88.885)</u>
Operações Descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido dos impostos)	34	<u>758</u>	<u>2.110</u>	<u>758</u>	<u>2.110</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(85.949)</u>	<u>(85.697)</u>	<u>(85.986)</u>	<u>(86.775)</u>
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	(86.707)	(87.807)
Participação não controladores	-	-	-	(37)	(1.078)
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico (em R\$)				(2,1485)	(2,1682)
Resultado por ação - Operações continuadas	29				
Resultado por ação - básico (em R\$)				(2,1675)	(2,2210)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

TC S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(86.707)	(87.807)	(86.744)	(88.885)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(86.707)</u>	<u>(87.807)</u>	<u>(86.744)</u>	<u>(88.885)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			(86.707)	(87.807)
Acionistas não controladores			(37)	(1.078)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	(Prejuízos) acumulados	Patrimonio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		581.164	25.975	(5.407)	(317.783)	283.949	(172)	283.777
								-
Transação de Capital		-	-	-	(244)	(244)	-	(244)
Pagamento de RSU		-	-	30	-	30	-	30
Pagamento de Earnout				507	-	507	-	507
Participação de não controladores na alienação de investidas				-	-	-	(438)	(438)
Prejuízo líquido do exercício				-	(85.697)	(85.697)	(1.078)	(86.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - (Reapresentado)		581.164	25.975	(4.870)	(403.724)	198.545	(1.688)	196.857
Resultado líquido das operações descontinuadas	34	-	-	-	758	758	21.754	22.512
Ações restritas		-	(12)	164	-	152	-	152
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(86.707)	(86.707)	(37)	(86.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		581.164	25.963	(4.706)	(489.673)	112.748	20.029	132.777

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

TC S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	(86.707)	(87.807)	(86.744)	(88.885)
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	15 e 16	7.319	9.787	8.309
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	15 e 16	2.687	1.218	2.684
Valor Justo 2TM	12	19.478	(3.540)	19.478
Baixa de Impairment de investimentos e softwares	14	18.959	27.184	18.959
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	10 e 12	15.397	835	15.501
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	(564)	-
Provisão para contingências	23	600	(285)	600
Resultado de equivalência patrimonial	14	2.805	1.057	(374)
Imposto diferido	19	-	-	-
Resultado de derivativos	30	(225)	(184)	16
Despesa de Juros	21	7	12	7
Ganho/ perda na alienação de empresas	13	-	-	-
Ganho ativos operação descontinuada	-	(8.944)	11.203	(8.944)
Ganho com reversão de earn-out Pandhora	22	(6.288)	-	(6.288)
		(34.912)	(41.084)	(36.796)
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	-	1.156	3.465	928
Adiantamentos	-	520	(441)	2.518
Impostos a recuperar	-	(1.732)	(1.561)	(1.806)
Dividendos recebidos de investidas	-	5.095	3.700	886
Outros créditos	-	(1.225)	6.387	(1.161)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(206)	(312)	(419)
Obrigações tributárias	-	(167)	153	(374)
Passivo de contrato	-	279	(3.148)	279
Outras contas a pagar	-	(2.130)	(1.292)	(4.175)
Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais proveniente de operações em continuidade				
Caixa gerado utilizado pelas atividades de operacionais provenientes de operações descontinuadas	34	-	-	5.146
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais				
		(33.322)	(34.133)	(34.974)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital em controladas	14	(10)	175	(10)
Recebimentos Investimentos Alienados		12.816	1.098	16.154
Aquisição de investimentos		-	(26.304)	-
Investimentos para alienação		15.255	-	7.500
Aplicação financeira vinculada	-	1.144	521	1.144
Aplicação em Títulos Públicos	-	-	-	(2.113)
Perda efetiva com derivativos		-	(416)	-
Aquisição de imobilizado	15	(148)	(381)	(293)
Aquisição de intangível	16	(270)	(4.895)	(270)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento				
		28.787	(30.202)	22.112
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos	21	(85)	(668)	(85)
Partes relacionadas - Ativo	-	(4.543)	(66)	(4.063)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento proveniente de operações em continuidade				
Caixa Líquido utilizado pelas atividades de financiamento provenientes de operações descontinuadas	34	-	-	(6.962)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento				
		(4.628)	(734)	(11.110)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa				
		(9.163)	(65.069)	(23.972)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	9	12.197	77.266	33.112
No final do exercício	9	3.034	12.197	9.140
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa				
		(9.163)	(65.069)	(23.972)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

TC S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	15.787	15.230	25.095	26.620
Perdas Estimadas de Liquidação e Custodia	(15.397)	(835)	(15.501)	(1.330)
Total	390	14.395	9.594	25.290
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(12.276)	(11.447)	(13.745)	(15.355)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.356)	(40.933)	(30.098)	(46.474)
Valor adicionado bruto	(36.242)	(37.985)	(34.249)	(36.539)
Perda e recuperação de valores ativos	(18.959)	(27.184)	(18.959)	(27.184)
Valor justo 2TM	(19.478)	3.540	(19.478)	3.540
Depreciação e amortização	(7.319)	(9.787)	(8.309)	(10.992)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(81.998)	(71.416)	(80.995)	(71.175)
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	10.865	7.431	10.837	7.536
Resultado de equivalência patrimonial	(2.805)	(1.057)	374	2.291
Valor adicionado total a distribuir	(73.938)	(65.042)	(69.784)	(61.348)
Distribuição do valor adicionado	(73.938)	(65.042)	(69.784)	(61.348)
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	5.464	13.623	7.487	14.703
Benefícios	3.084	3.311	3.526	3.732
F.G.T.S.	1.229	1.364	1.758	1.926
Total	9.777	18.298	12.771	20.361
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.430	1.393	2.274	3.035
Municipais	463	432	684	907
Total	1.893	1.825	2.958	3.942
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	926	1.838	998	2.338
Aluguéis	173	804	233	896
Total	1.099	2.642	1.231	3.234
Remuneração de capitais próprios				
(Prejuízo) retidos do exercício	(86.707)	(87.807)	(86.744)	(88.885)
Total	(86.707)	(87.807)	(86.744)	(88.885)
Total	(73.938)	(65.042)	(69.784)	(61.348)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O TC S.A. (“TC” ou “Companhia”), anteriormente denominado TC Traders Club S.A., foi constituído em 15 de setembro de 2016. As informações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”). O Grupo tem como objeto social as seguintes atividades: **(i)** treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial; **(ii)** operação de páginas e portais na internet que atualizam periodicamente seu conteúdo, gerando e mantendo informações sobre o mercado financeiro, empresarial e do sistema político brasileiro; **(iii)** portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; **(iv)** atividades de organização e promoção de feiras, congressos, convenções, conferências e exposições comerciais e ou profissionais, seja pela internet ou evento físico; **(v)** desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; **(vi)** desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não – customizáveis; **(vii)** consultoria em tecnologia da informação; e **(viii)** suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; **(ix)** administração, corretagem e agenciamento de seguros; **(x)** distribuição de títulos e valores mobiliários.

O TC é uma comunidade de investidores e sua plataforma oferece inteligência de mercado gerada pelo networking entre milhares desses investidores, os quais compartilham suas ideias de investimentos e trocam experiências (*crowd-sourced content*), bem como pelo fornecimento de informações (muitas delas em tempo real e proprietárias) relacionadas ao mercado financeiro do Brasil e Global, o que é fortalecido em decorrência de parcerias com instituições como a Webull.

O Grupo também disponibiliza análise de dados relativos ao cenário macro e às empresas listadas em bolsa, que auxiliam na melhor tomada de decisão. O terceiro braço da plataforma é o de educação financeira, com a oferta de diversos cursos (alguns deles gratuitos) para quem investe ou deseja começar a investir.

Em 27 de julho de 2021, a Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código “TRAD3”.

Em 23 de dezembro de 2022 a Companhia alterou a sua denominação social, que passou de “TC Traders Club S.A.” para “TC S.A.”

A partir de dezembro de 2024 a Companhia finalizou o processo de aquisição de 100% das ações da Dibran Holding Financeira Ltda., passando a atuar na prestação de serviços financeiros especializados, incluindo consultoria e intermediação de operações no mercado de capitais, com foco em ações, derivativos e câmbio.

Gestão operacional, financeira e administrativa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo incorreu em prejuízo líquido das operações continuadas consolidado de R\$ 86.744 (R\$ 88.885 em 31 de dezembro 2024), apresentando um fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R\$ 34.974 para o exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 46.550 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira do Grupo, baseando-se nas diretrizes estratégicas em curso. As diretrizes estratégicas preveem: (i) fortalecimento dos serviços prestados aos usuários da plataforma, que é um dos maiores diferenciais competitivos do TC; (ii) eficiência nos serviços prestados em B2B e B2C; (iii) eficiência financeira, para acelerar a rentabilidade por meio da efetividade dos investimentos em aquisição, controle de custos e despesas, utilizando as melhores técnicas do mercado, bem como pela criação de novas fontes de receita, em novas frentes de negócio — DCM — Debt Capital Management, Advisory e parcerias estratégicas, considerando o elevado nível de engajamento da comunidade de investidores da Companhia; e (iv) excelência operacional, com o amadurecimento organizacional, por meio de processos que garantam excelência na execução, mitigação de riscos e redução de custos operacionais.

Com base nesses pilares, o Grupo hoje é a maior e melhor comunidade brasileira e da América Latina. Essa comunidade de clientes, que tem utilizado nossa plataforma para ter acesso ao mercado financeiro, poderá agora contar com a nova corretora, expandindo ainda mais suas possibilidades de interação com o mercado.

Durante o ano de 2025, o negócio seguiu o plano de reconstrução e implementação de novos processos iniciado no final de 2024. A estrutura já consolidada, com a corretora e a DTVM bem estabelecidas e alinhadas aos novos objetivos do Grupo, permite foco mais estratégico e intensificado no fortalecimento da corretora. Essa evolução nos deixa prontos para enfrentar os desafios e explorar as oportunidades do novo ano, com aumento contínuo da eficiência e redução de custos já alcançadas. Como observado nos últimos trimestres, a Companhia vem reduzindo custos com pessoal e despesas gerais, tanto por melhoria de eficiência quanto pela implementação de inteligência artificial na plataforma, além da venda de ativos non-core para foco no social trading, atual prioridade estratégica da Companhia.

A Administração está otimista, pois, com a corretora em pleno funcionamento e a integração de funcionalidades únicas, o Grupo se posiciona para avançar. A estrutura mais ágil e as novas sinergias garantem que as operações da Companhia e de suas controladas sigam sustentáveis, com grande potencial de crescimento. A Administração acredita que o Grupo está em um excelente momento, uma vez que está fortemente focado em inteligência artificial, que deverá ser o novo “motor” de crescimento da produtividade e de redução de custos em nível global, permitindo dar continuidade à sua trajetória de sucesso e inovação, mantendo sempre o foco em seus pilares estratégicos.

Com base nas ações e resultados mencionados, o ano de 2026 se apresenta promissor, pois, de acordo com as expectativas do mercado, devemos ter redução das taxas de juros no Brasil, o que favorece o mercado de trading. Adicionalmente, a estrutura mais ágil e a consolidação da corretora permitem ao Grupo avançar, garantindo que as operações da Companhia e de suas controladas sigam sustentáveis e com grande potencial de crescimento.

a) Empresas controladas

TC Mover & School Informação e Educação Ltda. (“TC Mover & School”): (anteriormente denominada Tradersnews Informações e Educação Ltda.): O TC Mover & School foi constituído em junho de 2018, com objetivo de realizar treinamentos, desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial.

TC Matrix Ltda., (“TC Matrix”): o TC Matrix foi constituído em setembro de 2020, com objetivo de atividade de consultoria e análise de valores mobiliários.

TC Radio Ltda. (“TC Radio”): o TC Radio foi constituído em dezembro de 2020, com objetivo de prestar serviços de Web Rádio. As atividades da controlada iniciaram-se no 1º trimestre de 2021.

CALC Sistemas de Gestão Ltda. (“Sencon”): em 1º de abril de 2021, através do primeiro aditivo ao contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Sencon. Sua atividade principal é cálculo do IRRF das operações em bolsa. A Sencon foi incorporada pela Companhia no dia 19 de novembro de 2021.

Abalustre Tecnologia para Investidores Ltda. (“Abalustre”): a Abalustre foi adquirida pela Companhia em 9 de setembro de 2021. Tem como objeto social oferecer plataformas para integração de fontes de dados, permitindo que instituições adotem ou se integrem facilmente a outras organizações de ecossistemas de investimento e bolsas.

FL Journal Ltda. (anteriormente denominado TC Comércio Ltda.) (“FLJ”): o TC Comércio foi constituído em setembro de 2021, com o objetivo de comercialização varejista de produtos relacionados à Companhia. Em 29 de junho de 2023, houve alteração da razão social da empresa citada que passou a ser denominada FL Journal Ltda. (“FLJ”) bem como alterou seu objeto social que passou a ser de prestação de serviços de organização de feiras e congressos, publicidade e edição de jornais diários.

RI Prisma Ltda. (anteriormente denominada RIWeb S.A.) (“RI Prisma”): em 1º de outubro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da RI Prisma, sociedade resultante da cisão parcial do Grupo Comunique-se S.A. A RI Prisma realiza a prestação de serviços de relação com investidores para companhias abertas e fundos de investimentos. Em 24 de maio de 2022, o TC alterou a razão social da sociedade para RI Prisma Ltda. Em 20 de setembro de 2024 o TC realizou a alienação da RI Prisma Ltda., visto que a empresa não demonstrava mais a sinergia prevista no Business Plan pretendido com o negócio. Dado o novo direcionamento do TC S.A., focando mais fortemente nos serviços e produtos relacionados ao mercado financeiro, a Companhia entendeu que a melhor decisão estratégica foi a alienação do negócio.

Economatica Software de Apoio a Investidores Ltda. (“Economatica”): em 1º de outubro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Economatica, que tem como objetivo a prestação de serviços de processamento de dados referente ao desenvolvimento de softwares voltado ao mercado financeiro para utilização por terceiros.

Em 21 de novembro de 2024 a Companhia (TC S.A) visando concentrar os esforços operacionais no aprimoramento contínuo de seu aplicativo e integrar sua comunidade com a Corretora, optou pela alienação da controlada.

Em maio de 2025, a Companhia alienou 49,9% do capital social da Economatica Software de Apoio a Investidores Ltda. para a RC Holding S.A., mantendo participação de 50,1% e o controle societário e operacional. Em razão de dificuldades financeiras da RC Holding, inclusive atrasos de pagamento, e da posterior liquidação extrajudicial de entidade relacionada ao seu grupo pelo Banco Central do Brasil, a Companhia reavaliou os desdobramentos da operação, sem impactos sobre a continuidade operacional da Economatica.

Previamente a esses eventos, a Companhia obteve da RC Holding instrumento formal de anuência e renúncia de direitos (waiver), incluindo a renúncia à opção de compra e autorização para negociar a alienação integral da Economatica a terceiros. Considerando o waiver recebido e o fato de a Administração estar ativamente empenhada na venda da investida, cuja conclusão é esperada nos próximos 12 meses, a Economatica permanece classificada como operação descontinuada nas demonstrações contábeis.

SB Digital Serviços e Treinamentos Profissionais Ltda. (“TC Cripto”): o TC Cripto foi adquirido pela Companhia em 16 de novembro de 2021. O TC Cripto opera no segmento de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial relacionado ao mercado de criptomoedas.

TC Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda. (“TC Sfoggia”) (anteriormente denominada Sfoggia Consultoria Ltda.): o TC Sfoggia foi adquirido pela Companhia em 26 de fevereiro de 2022. O TC Sfoggia opera no segmento de prestação de serviços de consultoria tributária focada na otimização fiscal e na recuperação de impostos a partir de uma ferramenta disruptiva e inovadora.

TC Advisory Ltda. (“TC Advisory”): a Companhia realizou, em 04 de agosto de 2022, a constituição do TC Advisory Ltda., subsidiária integral do TC S.A., a qual atuará com assessoria em mercado de capitais, incluindo M&As e demais operações para captação de recursos.

TC Traders Club USA INC (“TC USA”): a Companhia realizou, em 30 de setembro de 2022, a constituição do TC Trades Club USA INC, subsidiária integral do TC S.A., a qual atuará com novos negócios no exterior. A Empresa está atualmente em fase pré-operacional.

Pandhora Investimentos Ltda. (“Pandhora”): a Pandhora foi adquirida pela Companhia em 19 de outubro de 2022, conforme fato relevante divulgado em 10 de agosto de 2022.

Fundada em 2016, a Pandhora é uma gestora de fundos multiestratégia quantitativos (“Quants”) que atua com uma política de investimentos que mescla variados tipos de aplicações em ativos líquidos e globais. O seu principal diferencial é o processo decisório da carteira de investimentos, o qual é feito por algoritmos e modelos matemáticos que são atualizados constantemente para acurar o processo decisório do fundo. Trata-se de uma alternativa de diversificação para os investidores, uma vez que apresentam resultados descorrelacionados da indústria e do mercado, reduzindo consideravelmente o risco da carteira de seus clientes, tratando-se de uma gestora de fundos multiestratégia quantitativos, com aproximadamente R\$ 350 milhões de AuM (*Assets under Management*, ativos sob gestão) e com uma estratégia atual com capacidade de alocação de até R\$ 10 bilhões.

TC Holding Financeira Ltda. (“TC Holding financeira”): a Companhia realizou, em 30 de novembro de 2022, a constituição do TC holding financeira, subsidiária integral do TC S.A., a qual atuará como holding e tem como objeto social, controle de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante participação direta no seu capital e participação em outras empresas como sócia.

TC Assessor de Investimento Ltda. (“TC AAI”): a Companhia realizou, em 08 de agosto de 2023, a constituição da TC Assessor de Investimento Ltda., subsidiária integral do TC S.A., a qual atuará como um agente de investimentos em aplicações financeiras.

TC Star Desk Educação Financeira Ltda. (“TC Stardesk”): a Companhia realizou, em 13 de setembro de 2023, a constituição do TC Star Desk Educação Financeira Ltda., subsidiária do TC S.A., a qual atuará como mesa proprietária e tem como objeto social, atividade empresarial voltada para o mercado financeiro, incluindo ensino sobre ações, opções financeiras e índices de mercado. Foi alienado em 31 de maio de 2024 por R\$ 319, dado que a inclusão da TC Stardesk dentro do ecossistema do TC S.A não demonstrou a sinergia prevista no Business Plan pretendido com o negócio. Dado o novo direcionamento do TC S.A, focando mais fortemente nos serviços e produtos relacionados ao mercado financeiro, a Companhia entendeu que a melhor decisão estratégica foi a alienação do negócio.

Fingage Negócios e Soluções S/A: em 1º de abril de 2024 a Companhia adquiriu 51% das ações da Fingage, uma empresa de consultoria na prestação de serviços customizados de relações com investidores para empresas de capital aberto, assets e afins, o negócio apresenta uma grande sinergia com a Companhia para dar uma maior extensão de oferta de serviços aos nossos clientes, principalmente serviços taylor made, realizamos um investimento na organização para fortalecer nossa oferta de valor para estes mercados. Em 24 de setembro de 2024 o TC realizou a cessão de suas quotas da Fingage, por entender que a empresa não demonstrou a sinergia prevista no Business Plan pretendido com o negócio. Dado o novo direcionamento do TC S.A, focando mais fortemente nos serviços e produtos relacionados ao mercado financeiro, a Companhia entendeu que a melhor decisão estratégica foi a cessão do negócio.

TC Seguros Ltda.: fundada em 25 de novembro de 2024 juntamente com a Maldivas Participações S.A, o TC detém 75% da participação na referida Empresa. Essa controlada atuará com a intermediação da administração, corretagem e agenciamento de seguros de vida, residencial, funerário, capitalização, planos de saúde, previdenciários, seguro garantia, negócios em geral e consultoria.

Traders DTVM: em 06 de dezembro de 2024 a Companhia finalizou o processo de aquisição de 100% das ações da Traders Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (ou Traders DTVM ou Corretora), anteriormente denominada de Dibran Holding Financeira Ltda., a qual atuará como distribuidora de títulos e valores mobiliários (corretora). A Companhia entende que essa aquisição está em sinergia com os objetivos do Grupo de preencher a última etapa do processo de conexão da comunidade com o mercado transacional, podendo assim destravar uma receita que atualmente não estávamos capturando.

TC Tecnologia: em 03 de novembro de 2025 a Companhia fundou a TC Tecnologia e Intermediação de Negócios Ltda, a qual atuará com atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.

As controladas supracitadas, que se encontravam em operação ou em fase pré-operacional até 31 de dezembro de 2025, compõem as informações contábeis consolidadas do Grupo.

A participação em cada controlada está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
TC Mover & School	100,00%	100,00%
TC Matrix	100,00%	100,00%
TC Radio	99,99%	99,99%
Abalustre	100,00%	100,00%
FL Journal	100,00%	100,00%
TC Cripto	100,00%	100,00%
TC Sfoggia	56,00%	56,00%
TC Advisory	100,00%	100,00%
TC USA	100,00%	100,00%
Pandhora	100,00%	100,00%
TC Holding financeira	100,00%	100,00%
TC AAI	99,99%	99,99%
TC Seguros	75,00%	75,00%
Traders DTVM	100,00%	100,00%
TC Tecnologia	100,00%	-

(*) A controlada Econômica esta apresentada como operação descontinuada não sendo parte das informações consolidadas (vide Nota Explicativa nº34)

b) Movimentos Societários

i) Combinação de Negócios – Aquisição de controladas

Conforme “Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças”, firmado em 1º de abril de 2024, entre TC S/A e os quotistas da Fingage Negócios e Soluções, no qual a Companhia adquiriu 51% das quotas do capital social. A operação foi adquirida pelo valor estimado de R\$ 500, dos quais foram pagos R\$ 150 na data da assinatura do contrato e os demais R\$ 350 seriam liquidados em 14 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 25. Em função do contrato de cessão de participação firmado em 24 de setembro de 2024, foram pagas apenas 7 das 14 parcelas referidas acima, e o contrato foi rescindido.

O custo diretamente relacionado a aquisição desta controlada em 2024 foi de R\$ 26, e o PPA foi concluído no 3º trimestre de 2024.

Decorrente do novo foco do TC S.A, encontrar-se mais fortemente direcionado aos serviços e produtos relacionados ao mercado financeiro, a Companhia entendeu que a melhor decisão estratégica foi a cessão de participação no negócio, concretizada em setembro de 2024.

31/12/2024

Valor da transação	175
Equivalência reconhecida	113
Perda com cessão de participação	(288)
Total	-

ii) Aquisição Traders Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (ou Traders DTVM ou Corretora), anteriormente denominada de Dibran Holding Financeira Ltda.

Conforme Contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, firmado em 09 de junho de 2022, entre TC S/A e os quotistas da Dibran Holding Financeira Ltda. (atualmente denominada Traders DTVM), o qual teve o fechamento da operação de aquisição societária em 6 de dezembro de 2024, se tornando subsidiária integral da Companhia. Esta Empresa atua atualmente como distribuidora de títulos e valores mobiliários (corretora - PN).

A Companhia entende que essa aquisição está em sinergia com os objetivos do Grupo de preencher a última etapa do processo de conexão da comunidade com o mercado transacional, podendo assim destravar uma receita que atualmente não estamos capturando.

Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor de R\$ 26.303, os quais foram liquidados através do seguinte cronograma financeiro

Forma de pagamento:

- R\$1.000 realizada durante o 3º trimestre de 2022, à título de parcela sinal;
- R\$25.303 realizada durante o 4º trimestre de 2024.

c) Custos de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2024 foi de R\$ 30, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as informações contábeis de 30 de novembro de 2024:

Traders DTVM

Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	15.983
Outros créditos	81
Total	16.064
Ativo não circulante	

Traders DTVM

Imobilizado	22
Total	22
Passivo circulante	
Obrigações tributárias	596
Obrigações trabalhistas	138
Total	734
Passivo não circulante	-
Ativos e passivos líquidos	15.352
Valor pago em dinheiro	26.303
Contraprestação total transferida	26.303
Mais valia licença (prazo indefinido)	7.765
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	3.186

Os valores justos foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente, contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo de intangível "Licença" no montante de R\$ 7.765.

2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos críticos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

- **Nota Explicativa nº 26** – reconhecimento de receita: se a receita de venda de assinaturas e venda de treinamentos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- **Nota Explicativa nº 16** – reconhecimento do ativo intangível (CPC 4 (R1)): Diante do constante desenvolvimento e aprimoramento dos softwares (plataformas) utilizados pelo Grupo, apenas os gastos integralmente identificados e controlados para desenvolvimento e evolução das plataformas são ativados, em decorrência de sua geração de benefícios futuros;
- **Nota Explicativa nº 21** – prazo do arrendamento: o Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa;
- **Nota Explicativa nº 14** – equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota Explicativa nº 6 (a) (ii)** – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 19** – reconhecimento e mensuração de ativos fiscais diferidos, especialmente decorrentes de prejuízos fiscais não recorrentes, recuperáveis com base em projeções de lucro tributável futuro estimado pela Administração;
- **Nota Explicativa nº 23** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 13** – Ativos financeiros;
- **Nota explicativa nº 25.h** - Remuneração baseada em ações

5. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo;
- Passivos de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a) Base de consolidação

i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

iv) Perda de controle,

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos:

(i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pelo Grupo. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre o Grupo e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

d) Benefícios a empregados

• Benefícios de curto prazo a colaboradores

Obrigações de benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

• Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

- **Transações com pagamentos baseados em ações**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados e prestadores de serviços com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os prestadores adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas operacionais.

- e) **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Taxas de intermediações com operadoras de cartão.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

- f) **Imposto de renda e contribuição social**

Para o exercício de 2025 e 2024, o imposto de renda e contribuição social foi calculado pelo regime do lucro real, através da aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37).

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2025	2024
Máquinas e equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos	3 anos
Direito de uso	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento (software)

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

	2025	2024
Plataforma TC (i) (ii)	5 anos	5 anos
Carteira de clientes Economática	13 anos	13 anos
Software Economática	14 anos	14 anos
Carteira de clientes RIWEB	13 anos	13 anos
Software RIWEB	13 anos	13 anos
Não competição Sfoggia	8 anos	8 anos
Software Pandhora	10 anos	10 anos
Não competição Pandhora	4 anos	4 anos
Licença Traders DTVM	Indeterminado	-

- (i) Refere-se à plataforma (software) TC (Aplicativo e Site), desenvolvido internamente pela Companhia, em processo de desenvolvimento contínuo de novas soluções e melhoria das existentes;
- (ii) Refere-se à plataforma (software) TC Filial (calculadora de imposto de renda), desenvolvido internamente pela Companhia.

Após o reconhecimento inicial aplicando os requisitos da NBC TG 04 (R3) Ativo Intangível (IAS 38), os intangíveis são amortizados pelo período esperado de vida útil e benefício econômico, e avaliados por *impairment* quando e se houver indicativos para tal.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. O Grupo como parte de sua política de fluxo de caixa, procede com a antecipação dos recebíveis junto a operadora de meio de pagamento, da forma que reconhece o passivo antecipado e a despesa financeira auferida nesta operação, visto que, em essência tais antecipações tem característica de instrumento de dívida, em decorrência da não satisfação da obrigação de performance e consequentemente reconhecimento da receita.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza as definições de arrendamento previstas na NBC TG 06 (R3)/IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento no "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial.

I) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m) **Capital social**

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme a NBC TG 32 (R3)/IAS 12.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

n) **Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

ii) **Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o) Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme aplicável às companhias abertas, enquanto para fins de IFRS, representam informação suplementar, como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Grupo, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

7. Reapresentação das Informações Contábeis

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia procedeu à reapresentação das informações contábeis comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de refletir a classificação da operação da controlada Economatica como operação descontinuada, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 34.

A reapresentação envolveu a segregação dos efeitos da operação descontinuada nas seguintes demonstrações:

- Demonstração do resultado;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Demonstração do valor adicionado
- Notas explicativas correlatas.

Os valores correspondentes foram ajustados de forma retrospectiva, conforme previsto no CPC 31 e na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e estão sendo reapresentados para fins de comparação com os saldos do exercício corrente.

Essa reapresentação não implicou alteração na posição patrimonial consolidada da Companhia, mas visa garantir a adequada apresentação das informações contábeis conforme as normas vigentes.

As informações comparativas foram ajustadas para refletir a nova apresentação, conforme detalhado a seguir:

	Controladora		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024 (Reapresentado)
Demonstração de Resultados Reapresentados			
Receita líquida	13.405	-	13.405
Custo do serviço prestado	(18.779)	-	(18.779)
Prejuízo bruto	(5.374)	-	(5.374)

	Controladora		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024 (Reapresentado)
Despesas com vendas / marketing	(5.279)	-	(5.279)
Gerais e administrativas	(41.686)	-	(41.686)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(38.588)	-	(38.588)
Equivalência Patrimonial	1.053	(2.110)	(1.057)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(84.500)	(2.110)	(86.610)
Receita financeira	7.431	-	7.431
Despesa financeira	(3.254)	-	(3.254)
Resultado financeiro líquido	4.177	-	4.177
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(85.697)	(2.110)	(87.807)
Resultado líquido das operações continuadas	(85.697)	(2.110)	(87.807)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	2.110	2.110
(Prejuízo) líquido do exercício	(85.697)	-	(85.697)

	Consolidado		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024 (Reapresentado)
Demonstração de Resultados Reapresentados			
Receita líquida	44.015	(20.147)	23.868
Custo do serviço prestado	(30.658)	7.392	(23.266)
Lucro bruto	13.357	(12.755)	602
Despesas com vendas / marketing	(7.101)	1.002	(6.099)
Gerais e administrativas	(57.944)	8.255	(49.689)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(38.869)	98	(38.771)
Equivalência Patrimonial	2.291	-	2.291
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(88.266)	(3.400)	(92.268)
Receita financeira	7.897	(361)	7.536
Despesa financeira	(4.314)	600	(3.714)
Resultado financeiro líquido	3.583	239	3.822
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(84.683)	(3.161)	(87.844)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.153)	1.097	(1.056)
Imposto de renda e contribuição social diferido	61	(46)	(15)
Resultado líquido das operações continuadas	(86.775)	(2.110)	(88.885)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	2.110	2.110
Prejuízo líquido do exercício	(86.775)	-	(86.775)

	Controladora		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024 (Reapresentado)
Demonstração do Resultado Abrangente Reapresentados			
Prejuízo líquido do exercício	(85.697)	(2.110)	(87.807)
Prejuízo líquido do exercício	(85.697)	(2.110)	(87.807)

	Consolidado		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024 (Reapresentado)
Demonstração do Resultado Abrangente Reapresentados			
Prejuízo líquido do exercício	(86.775)	(2.110)	(88.885)
Prejuízo líquido do exercício	(86.775)	(2.110)	(88.885)

	Consolidado		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024 (Reapresentado)
Demonstração dos Fluxos de Caixa Reapresentados			
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	(86.775)	(2.110)	(88.885)

Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	12.062	(1.070)	10.992
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.330	-	1.330
Valor Justo 2TM	(3.540)	-	(3.540)
Provisão para contingências	(285)	-	(285)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.291)	-	(2.291)
Imposto diferido	61	46	107
Resultado de derivativos	(184)	-	(184)
Despesa de Juros	276	-	276
Ganho/Perda na alienação de empresas	9.810	-	9.810
Baixa de Ativo Fixo	8.154	-	8.154
Baixa de <i>Impairment</i> de investimentos e softwares	27.184	-	27.184
Total	(34.198)	(3.134)	(37.332)

Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber	6.257	(1.331)	4.926
Adiantamentos	(502)	45	(547)
Impostos a recuperar	(1.595)	104	(1.699)
Dividendos recebidos de investidas	2.018	-	2.018
Outros créditos	(8.496)	41	(8.537)

(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas	(608)	(41)	(567)
Obrigações tributárias	36	(163)	(127)
Passivo de contrato	(3.148)	-	(3.148)
Outras contas a pagar	(2.963)	(1.426)	(1.537)

Caixa líquido consumido pelas atividades de operacionais proveniente de operações em continuidade	(43.199)	(5.579)	(46.550)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de operacionais provenientes de operações descontinuadas			
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(43.199)	-	(43.199)

Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira vinculada	521	-	521
Perda efetiva com derivativos	(416)	-	(416)
Aquisição de imobilizado	(724)	5.803	5.079
Aquisição de intangível	(4.830)	(40)	(4.870)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024 (Reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		
proveniente de operações em continuidade	(5.449)	5.763
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos		
provenientes de operações descontinuadas		
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(5.449)	5.763
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	(1.453)	-
Partes relacionadas – Ativo	(244)	703
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
proveniente de operações em continuidade	(1.697)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		
provenientes de operações descontinuadas		-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(4.109)	-
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(50.345)	184
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	83.457	83.457
No final do exercício	33.112	30.112
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(50.345)	-

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024 (Reapresentado)
Demonstração do Valor Adicionado Reapresentado		
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	48.179	(21.559)
Perdas Estimadas de Liquidação e Custodia	(1.330)	-
Total	46.849	(21.559)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(19.927)	4.572
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(47.906)	1.432
Valor adicionado bruto	(20.984)	(15.555)
Perda e recuperação de valores ativos	(27.184)	-
Valor Justo 2TM	3.540	-
Depreciação e amortização	(12.062)	1.070
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(56.690)	(14.485)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.482	1.054
Resultado de equivalência patrimonial	(2.291)	4.582
Valor adicionado total a distribuir	(52.499)	(8.849)
Distribuição do valor adicionado	(52.499)	(8.849)
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	17.109	(2.406)

	Consolidado		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024 (Reapresentado)
Benefícios	4.083	(351)	3.732
F.G.T.S.	2.389	(463)	1.926
Total	23.581	(3.220)	20.361
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	4.873	(1.838)	3.035
Municipais	1.532	(625)	907
Total	6.405	(2.463)	3.942
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	2.898	(560)	2.338
Aluguéis	1.392	(496)	896
Total	4.290	(1.056)	3.234
Remuneração de capitais próprios			
	-	-	-
Prejuízo retidos do exercício da operação descontinuada	(86.775)	(2.110)	(88.885)
Total	(86.775)	(2.110)	(88.885)
Total	(52.499)	(8.849)	(61.348)

8. Pronunciamentos novos ou revisados

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 18/ CPC51	Apresentação e divulgação das Demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027 (*)
Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Instrumentos financeiros – divulgação	1º de janeiro de 2026
IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível.	1º de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Orientações para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização a serem observadas pelas entidades na originação e aquisição, para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como para dispor sobre os passivos associados.	1º de janeiro de 2025

(*) A Companhia não pretende adotar a IFRS 18/CPC 51 antecipadamente e está atualmente avaliando o impacto em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Reforma tributária

Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por:

(i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados.

Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para a esfera federal e a ampliação da incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira. A Companhia está em processo de avaliação de seus sistemas e processos fiscal para garantir a transição adequada, sem impacto relevante imediato nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

9. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	1.233	2.548	7.339	20.093
Aplicações financeiras (i)	1.801	9.649	1.801	13.019
Caixa e equivalentes de caixa	3.034	12.197	9.140	33.112
Aplicação financeira vinculada	-	1.144	-	1.144
Aplicação financeira LP (ii)	-	-	9.146	-
Total	3.034	13.341	18.286	34.256

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e possuem liquidez imediata. O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ficou em torno de 93,61% do CDI (em torno de 105,15% do CDI em 31 de dezembro de 2024);

(ii) Refere-se a Letra Financeira do Tesouro (LFT) com vencimento em setembro de 2027.

10. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	3.198	4.354	3.338	5.596
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	(835)	-	(1.330)
Total	3.198	3.519	3.338	4.266

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do CPC 48 para mensuração de perdas de crédito esperadas, considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Quando há recuperação subsequente de valores previamente baixados, são creditados na mesma conta.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em títulos vencidos em período superior a 120 dias.

A composição das contas a receber por período de vencimento é conforme segue:

Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	3.198	3.519	3.338	3.760
Valores vencidos				
01 - 30 dias	-	-	-	429
31 - 60 dias	-	-	-	41
61 -119 dias	-	-	-	36
A partir 120 dias	-	835	-	1.330
Total	3.198	4.354	3.338	5.596

Segue a movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(561)
(+) Constituição	(835)	(769)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(835)	(1.330)
(-) Reversão	835	1.330
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-

As provisões para perdas esperadas nas contas a receber são apresentadas na rubrica de despesas gerais e administrativas, na demonstração de resultados.

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a recuperar (i)	3.785	4.510	3.797	4.553
IRPJ e CSLL a recuperar (ii)	15.090	12.478	15.271	12.564
Outros a recuperar	-	155	211	356
Total	18.875	17.143	19.279	17.473
Ativo circulante	3.050	5.113	3.454	5.369
Ativo não circulante	15.825	12.030	15.825	12.104

- (i) Os créditos de PIS e COFINS foram originados no decurso normal das operações da Companhia;
- (ii) Composto principalmente por saldo negativo de IR e CSLL e antecipações de IRRF sobre aplicações financeiras.

12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas (i)	3.519	9.693	3.585	9.854
Títulos a receber referentes à alienação de investimentos (ii)	16.114	11.164	16.114	11.164
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(16.114)	-	(16.114)	-
Total	3.519	20.857	3.585	21.018
Ativo circulante	2.374	18.396	2.439	18.515
Ativo não circulante	1.145	2.461	1.146	2.503

- (i) Do saldo de despesas antecipadas apresentado no consolidado em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 1.406, refere-se a adiantamentos feitos à consultoria especializada para o processo de implantação da corretora e será amortizado em 48 meses, cujo investimento é parte relevante do plano da Companhia para acelerar o início do projeto do TC Investimentos, o qual trará negociação para dentro do ambiente do TC. Trata-se de um grande marco para o TC e uma evolução natural da plataforma da Companhia, com verticalização de novas áreas para a venda de produtos financeiros e expansão de oportunidades de investimentos.
- Do saldo remanescente, segue o desdobramento dos principais valores: (i) o montante de R\$ 656 refere-se a luvas de retenção para colaboradores estratégicos da Companhia e suas controladas, a serem amortizados conforme o período contratual, mínimo de 2 anos para aquisição da integralidade do bônus; (ii) o montante de R\$ 555 refere-se à despesa antecipada a prestador de serviço, a qual será amortizada em 48 meses; e (iii) o montante de R\$ 856 refere-se à consultoria de gestão empresarial voltada para mercado financeiro, em especial ao segmento de intermediação e corretagem, entre outras atividades correlatas; e o montante de R\$ 112 refere-se a despesas com seguros, convênio médico e despesas com outras consultorias.
- (ii) Refere-se a alienação de 49,9% da participação da Economatica. Em maio de 2025, a Companhia oficializou a operação de venda de 49,9% da Economatica por R\$ 29.940 a serem recebidos em 10 parcelas mensais iguais e reajustadas pelo IPCA + 2%, das quais já recebemos 3 parcelas. Em função do inadimplemento, a Companhia entendeu ser adequada a constituição da Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, seguindo, com a política praticada nos recebimentos de clientes.

13. Ativos financeiros (controladora e consolidado)

	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercado Bitcoin (i)	77.996	77.996
Mensuração do valor justo - 2TM (i)	(62.772)	(43.294)
Total	15.224	34.702

- (i) A Companhia celebrou Contrato de Investimento via aquisição de Notas Conversíveis de emissão da 2TM Holding Company Ltd. ("2TM"), no valor total de US\$ 15.000 ("Convertible Notes").

As Convertible Notes foram totalmente convertidas em participação societária em 02 de janeiro de 2023, totalizando 135.738 ações, representativas de 1% do capital social do Mercado Bitcoin, não havendo qualquer influência significativa sobre sua Administração. O investimento, portanto, é avaliado ao seu valor justo a cada exercício e o ganho ou a perda é reconhecido diretamente no resultado do exercício. Durante o exercício de 2025, foi reconhecido uma variação negativa de valor justo de R\$ 19.478, resultando no valor justo de R\$ 15.224 em 31 de dezembro de 2025.

A mensuração do valor justo foi classificada como valor justo de nível 3 com base nos inputs da técnica de avaliação utilizada. Para avaliar o valor justo do ativo, foi adotada a média do resultado de avaliação obtido por meio das metodologias de fluxo de caixa descontado e cenários de múltiplos de Vendas/EBITDA, sendo a análise de múltiplos pautada nos dados de mercado das ações de sua principal comparável – Coinbase. A conclusão resulta em um deságio acumulado sobre o valor original de aquisição de 80,48%, de modo que o saldo remanescente será de R\$ 15.224.

A 2TM é uma holding com um portfólio focado em serviços baseados em ativos digitais. Atualmente o Mercado Bitcoin, é a maior plataforma de ativos digitais da América Latina e a principal empresa do grupo 2TM.

14. Investimentos

A movimentação dos investimentos do TC em controladas e coligadas, em fase operacional ou pré-operacional em 31 de dezembro de 2025, encontram-se demonstradas a seguir:

	% Participação	Saldo em 31/12/2024	Constituição de Controlada	Impairment	Equivalência patrimonial	Transferência para Provisão para perdas com investimentos	Dividendos recebidos	Venda de Participação	Transferência ativo mantido para venda	Saldo em 31/12/2025
Economática	50,10%	46.093	-	-	192	-	(4.209)	(20.996)	(21.080)	-
TC Cripto	100,00%	4.123	-	(3.752)	(42)	-	-	-	-	329
TC Advisory	100,00%	971	-	-	176	-	-	-	-	1.147
TC AAI	99,99%	204	-	-	(63)	-	-	-	-	141
Dibran	100,00%	26.423	-	-	284	-	-	-	-	26.707
Pandhora	100,00%	227	-	-	(517)	290	-	-	-	-
TC Radio	99,99%	18	-	-	(2.043)	2.025	-	-	-	-
InvestAI (*)	20,00%	2.611	-	(2.556)	(23)	-	-	-	-	32
Arko Advice (*)	20,34%	10.695	-	(6.989)	200	-	(713)	-	-	3.193
Arko Digital (*)	15,00%	2.005	-	-	197	-	(173)	-	-	2.029
TC Tecnologia	100,00%	-	10	-	(6)	-	-	-	-	4
DXA (*)	20,10%	-	7.500	-	-	-	-	-	-	7.500
Galicia (*)	5,00%	2.000	-	-	-	-	-	(2.000)	-	-
Apresentado como Investimento		95.370	7.510	(13.297)	(1.645)	2.315	(5.095)	(22.996)	(21.080)	41.082
TC Matrix	100,00%	(1.760)	-	-	(780)	-	-	-	-	(2.540)
Pandhora	100,00%	-	-	-	-	(290)	-	-	-	(290)
TC Radio	99,99%	-	-	-	-	(2.025)	-	-	-	(2.025)
TC Mover & School	100,00%	(140)	-	-	(26)	-	-	-	-	(166)
Abalustre	100,00%	(5)	-	-	(21)	-	-	-	-	(26)
FL Journal (TC Comercio)	100,00%	(10)	-	-	(9)	-	-	-	-	(19)
TC Sfoggia	56,00%	(13)	-	-	(244)	-	-	-	-	(257)
TC Holding financeira	100,00%	(48)	-	-	(10)	-	-	-	-	(58)
TC Seguros	75,00%	-	-	-	(70)	-	-	-	-	(70)
Provisão para perdas com investimentos		(1.976)	-	-	(1.160)	(2.315)	-	-	-	(5.451)
Investimentos, líquidos		93.394	7.510	(13.297)	(2.805)	-	(5.095)	(22.996)	(21.080)	35.631

i) Controladora

(*) Investimentos em Coligadas.

Sumário das Informações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2025:

		Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo	Patrimônio
	% Participação	circulante	circulante	circulante	não circulante	líquido
TC Radio	99,99%	134	-	2.159	-	(2.025)
TC Matrix	100,00%	69	-	2.609	-	(2.540)
TC Mover & School	100,00%	2	-	168	-	(166)
Abalustre	100,00%	2	-	30	-	(28)
FL Journal	100,00%	1	-	18	-	(17)
TC Sfoggia	56,00%	12	3.510	4.715	-	(1.193)
TC Cripto	100,00%	2	184	1	-	185
TC Advisory	100,00%	124	1.018	(5)	-	1.147
Pandhora	100,00%	130	42	3.863	-	(3.691)
TC Holding financeira	100,00%	2	-	62	-	(60)
TC Assessor	99,99%	424	-	282	-	142
Dibran	100,00%	17.148	6	966	-	16.188
TC Seguros	75,00%	14	-	108	-	(94)
TC Tecnologia	100,00%	1	-	-	-	1

ii) Consolidado

	% Participação	Saldo em 31/12/2024	Adições /Alienação/Baixa	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Saldo em 31/12/2025
InvestAI (a)	20,00%	2.611	(2.556)	(23)	-	32
Arko Advice (b)	20,34%	10.695	(6.989)	200	(713)	3.193
Arko Digital (c)	15,00%	2.005	-	197	(173)	2.029
Galicia (d)	5,00%	2.000	(2.000)	-	-	-
DXA (e)	20,10%	-	7.500	-	-	7.500
Total		17.311	(4.045)	374	(886)	12.754

- (a) A Companhia adquiriu uma participação de 20% na InvestAI, pelo montante de R\$ 3.128. Com a aquisição, o TC avança em outras classes de ativos, diversificando ainda mais a sua plataforma, oferecendo renda fixa, renda variável, derivativos, fundos de investimento imobiliários, criptoativos, dentre outros;
- (b) A Companhia adquiriu participação de 20,34% na empresa Arko Advice, visando obter sinergia com empresas do Grupo em análises de mercado;
- (c) A Companhia adquiriu participação de 15% na empresa Arko Digital, visando obter sinergia com empresas do Grupo em análises de mercado. O contrato de investimento prevê um pagamento adicional de até R\$ 3.000 se determinadas metas de faturamento forem atingidas e os sócios permanecerem como administradores até o 36º mês contado a partir da assinatura do contrato. O pagamento adicional não alterará o total de participação;
- (d) A Companhia adquiriu participação de 5% na empresa Galicia Educação S.A., visando obter sinergia com os negócios do Grupo, bem como explorar a oportunidade de expandir para o segmento educacional, através de novos nichos de atuação como certificações, cursos profissionalizantes, graduações, MBAs digitais, além de proporcionar uma expansão da base de clientes. Em dezembro de 2025 a companhia alienou sua participação pelo valor de R\$ 700.000,00 (sete centos mil reais), cujo valor já foi recebido.

- (e) A Companhia celebrou contrato de investimento com a DXA Investments Holding Ltda., no valor de R\$ 20.000 para aquisição de 20% de participação na DXA Gestão de Investimentos Ltda. O contrato de investimento possibilitava à Companhia aumentar a sua participação na Plataforma através da aquisição de novos usuários advindos do TC, o que potencialmente poderia levá-la a assumir uma posição majoritária na DXA. Em maio de 2024, com a mudança da estratégia da Companhia de reforçar seu posicionamento estratégico nos serviços financeiros, foi decidido alienar a posição do TC S.A em\$ 7.500; em dezembro de 2025, em razão da inadimplência por parte do comprador, a Companhia decidiu pelo desfazimento da alienação, procedendo ao estorno da operação previamente reconhecida e ao novo reconhecimento da participação na DXA na rubrica de investimentos.

Sumário das Informações contábeis das coligadas em 31 de dezembro de 2025:

	% Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
InvestAi	20,00%	195	8	61	1	141
Arko Advice	20,34%	11.196	4.043	11.900	1.468	1.871
Arko Digital	15,00%	2.514	5.056	882	-	6.688

15. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

i) Controladora

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo de aquisição					
Em 31 de dezembro de 2024	2.099	10.754	5.492	10.081	28.426
Adições	1	29	(3)	118	145
Em 31 de Dezembro de 2025	2.100	10.783	5.489	10.199	28.571
Depreciação acumulada					
Em 31 de dezembro de 2024	(788)	(7.275)	(5.484)	(9.981)	(23.528)
Depreciação	(208)	(1.931)	(2)	(115)	(2.256)
Baixas	(1.104)	(1.577)	(3)	-	(2.684)
Em 31 de Dezembro de 2025	(2.100)	(10.783)	(5.489)	(10.096)	(28.468)
Valor contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2024	1.311	3.479	8	100	4.898
Em 31 de Dezembro de 2025	-	-	-	103	103

ii) Consolidado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo de aquisição					
Em 31 de dezembro de 2024	2.142	11.318	6.057	13.146	32.663
Adições	1	29	-	263	293
Operação descontinuada	-	(173)	(566)	(3.209)	(3.948)
Em 31 de Dezembro de 2025	2.143	11.174	5.491	10.200	29.008
Depreciação acumulada					
Em 31 de dezembro de 2024	(831)	(7.725)	(5.609)	(10.633)	(24.798)
Depreciação	(217)	(1.987)	(2)	(115)	(2.321)
Operação descontinuada	-	134	135	652	921
Baixas	(1.095)	(1.586)	(3)	-	(2.684)
Em 31 de Dezembro de 2025	(2.143)	(11.164)	(5.479)	(10.096)	(28.882)
Valor contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2024	1.311	3.593	448	2.513	7.865
Em 31 de Dezembro de 2025	-	10	12	104	126

16. Intangível

a) Conciliação do valor contábil

i) Controladora

	Softwares	Marcas e patentes	Ágio	Intangíveis cursos	Licenças de uso	Total
Custo de aquisição						
Em 31 de dezembro de 2024	37.472	292	6.345	2.520	1.210	47.839
Adições	-	18	-	-	252	270
Impairment	(845)	(310)	(4.405)			(5.660)
Em 31 de Dezembro de 2025	36.627	-	1.840	2.520	1.462	42.449
Amortização acumulada						
Em 31 de dezembro de 2024	(30.670)	-	-	(2.520)	(494)	(33.684)
Amortização	(4.849)	-	-	-	(214)	(5.063)
Em 31 de Dezembro de 2025	(35.519)	-	-	(2.520)	(708)	(38.747)
Valor contábil líquido						
Em 31 de dezembro de 2024	6.802	292	6.345	-	716	14.155
Em 31 de Dezembro de 2025	1.108	-	1.840	-	754	3.702

ii) Consolidado

	Softwares	Marcas e patentes	Carteira de cliente	Marca	Intangíveis Curso	Licenças de uso	Não concorrência	Ágio	Total
Custo de aquisição									
Em 31 de dezembro de 2024	46.689	292	7.786	10.108	2.520	8.974	1.312	34.706	112.387
Adições	-	18	-	-	-	252	-	-	270
Operação descontinuada	(2.481)		(7.581)	(10.108)	-			(23.786)	(43.956)
<i>Impairment</i>	(5.350)	(310)	-	-	-	-	-	(3.752)	(9.412)
Em 31 de Dezembro de 2025	38.858	-	205	-	2.520	9.226	1.312	7.168	59.289
Amortização acumulada									
Em 31 de dezembro de 2024	(31.933)	-	(2.057)	-	(2.520)	(493)	(722)	-	(37.725)
Amortização	(5.627)	-	(14)	-	-	(214)	(133)	-	(5.988)
Operação descontinuada	47	-	2.320	-	-	-	-	259	2.626
Em 31 de Dezembro de 2025	(37.513)	-	249	-	(2.520)	(707)	(855)	259	(41.087)
Valor contábil líquido									
Em 31 de dezembro de 2024	14.756	292	5.729	10.108	-	8.481	590	34.706	74.662
Em 31 de Dezembro de 2025	1.345	-	454	-	-	8.519	457	7.427	18.202

Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio

O Grupo testa, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou o teste de *impairment*, cujos resultados e principais premissas estão apresentados a seguir nesta nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso, estimados com base em fluxos de caixa descontados.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 item "n". Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.

i) UGC SENCON:

Uma perda por *impairment* de R\$ (48.304) foi reconhecida em relação a UGC Sencon durante o exercício 2023, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC, em 31 de dezembro de 2023, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 19,18%a.a., taxa de desconto de 16,12%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3%;

Para a apuração do valor justo da UGC, em 31 de dezembro de 2024, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 24,71%a.a., taxa de desconto de 17,20%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5,9% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,8%;

Para o exercício de 2024 a Companhia realizou o teste de *Impairment*, porém o valor recuperável oriundo desse teste foi superior ao registrado anteriormente, de modo que não haverá baixa.

Uma perda por *impairment* de R\$ (4.505) foi reconhecida em relação a UGC Sencon durante o exercício 2025, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor em uso da UGC, em 31 de dezembro de 2025, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 4,72% a.a., taxa de desconto de 8,15%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 3,5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,5%;

ii) UGC PANDHORA

Uma perda por *impairment* de R\$ (2.995) foi reconhecida em relação a UGC Pandhora durante o exercício 2024, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor em uso da UGC, em 31 de dezembro de 2024, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 12,98% a.a., taxa de desconto de 16,53%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5,9% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,8%.

Para o exercício de 2025 a Companhia realizou o teste de *Impairment*, porém o valor recuperável oriundo desse teste foi superior ao registrado anteriormente, de modo que não houve modificação no saldo registrado.

UGC ARKO ADVICE

Uma perda por *impairment* de R\$ (6.806) foi reconhecida em relação a UGC Arko Advice durante o exercício 2024, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC, em 31 de dezembro de 2024, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 3,95% a.a., taxa de desconto de 17,54%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5,9% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,8%.

Uma perda por *impairment* de R\$ (6.989) foi reconhecida em relação a UGC Arko Advice durante o exercício 2024, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC, em 31 de dezembro de 2025, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 4,94% a.a., taxa de desconto de 8,15%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 3,5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,5%.

iii) UGC ARKO DIGITAL

Uma perda por *impairment* de R\$ (3.307) foi reconhecida em relação a UGC Arko Digital durante o exercício 2024, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor em uso da UGC, em 31 de dezembro de 2024, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 5,37% a.a., taxa de desconto de 17,48%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5,9% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,8%.

Para o exercício de 2025 a Companhia realizou o teste de *Impairment*, porém o valor recuperável oriundo desse teste foi superior ao registrado anteriormente, de modo que não houve modificação no saldo registrado.

iv) UGC INVEST AI

Para o exercício de 2024 a Companhia realizou o teste de *Impairment*, porém o valor recuperável oriundo desse teste foi superior ao registrado do investimento, de modo que não haverá baixa.

Para a apuração do valor em uso da UGC, em 31 de dezembro de 2024, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 26,20% a.a., taxa de desconto de 20,41%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5,9% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,8%.

Uma perda por *impairment* de R\$ (2.556) foi reconhecida em relação a UGC iv) UGC INVEST AI durante o exercício 2025, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor em uso da UGC, em 31 de dezembro de 2025, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 4,77% a.a., taxa de desconto de 6,17%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 3,5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,5%.

v) UGC TC CRIPTO

Uma perda por *impairment* de R\$ (3.752) foi reconhecida em relação a UGC v) UGC CRIPTO durante o exercício 2025, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor em uso da UGC, em 31 de dezembro de 2025, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 4,94% a.a., taxa de desconto de 18,24%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 3,5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3,5%.

vi) UGC Econômica

Não foi reconhecido perda referente a essa UGC durante o exercício 2025, o valor justo da UGC superou o *Carrying amount*, estando o valor contábil da UGC já representando o seu valor recuperável.

A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. A companhia avaliou que o ativo possui características específicas que o tornam menos suscetível a perdas de valor. Uma avaliação de mercado recente indica que o valor justo do ativo não sofreu alterações significativas, não havendo indicativos de perda de valor.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	134	196	272	338
Provisão de férias e 13º salário	261	334	417	600
IRRF sobre folha a recolher	55	82	81	124
INSS a recolher	77	116	106	136
Outros	21	26	30	127
Total	548	754	906	1.325

18. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ISS a recolher	37	21	60	74
PIS e COFINS a recolher	-	172	138	349
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	203	284
ICMS – DIFAL	-	-	60	-
Impostos retidos	44	55	44	172
Total	81	248	505	879

19. Imposto de renda e contribuição social

A seguir, apresentamos a reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Apuração pelo lucro real		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(86.707)	(87.807)
(+) Adições (I)	71.452	55.865

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
(-) Exclusões (ii)	(11.095)	(17.676)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(26.350)	(49.618)
Despesa com IRPJ e CSLL – Corrente	-	-
Despesa com IRPJ e CSLL – Diferido	-	-
Total - Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	-
Taxa efetiva (i)/(ii)	(-)	(-)

- (i) As adições são substancialmente compostas por variação SWAP de R\$ 400, equivalência patrimonial de R\$ 4.398, amortização de mais-valia de R\$ 5.968, *Impairment* de R\$ 41.119, PECLD de R\$ 16.114 e R\$ 3.451 de outras despesas.
- (ii) As exclusões são substancialmente compostas por variação de SWAP de R\$ (175), equivalência patrimonial de R\$ (3.112), PECLD R\$ (118), apropriação de pagamento por ações R\$ (691), amortização de arrendamento (85) e atualização de valor justo (6.914).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve a alíquota efetiva devido há base tributária estar negativa.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Apuração pelo lucro real		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(86.545)	(87.844)
(+) Adições (i)	67.109	64.028
(-) Exclusões (ii)	(8.937)	(25.860)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(28.373)	(49.676)
Despesa com IRPJ e CSLL – Corrente	(199)	(2.153)
Despesa com IRPJ e CSLL – Diferido	-	61
Total - Despesa de imposto de renda e contribuição social	(199)	(2.092)
Taxa efetiva (i)/(ii)	(-)	(-)

- (i) As adições são substancialmente compostas por variação SWAP de R\$ 400, equivalência patrimonial de R\$ 55, amortização de mais-valia de R\$ 5.968, *Impairment* de R\$ 41.119, PECLD de R\$ 16.114 e R\$ 3.453 de outras despesas.
- (ii) As exclusões são substancialmente compostas por variação de SWAP de R\$ (175), equivalência patrimonial de R\$ (954), PECLD R\$ (119), apropriação de pagamento por ações R\$ (691), amortização de arrendamento (85) e atualização de valor justo (6.913).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não a alíquota efetiva devido há base tributária estar negativa.

A seguir apresentamos a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PECLD	-	168
Total - Impostos de renda e contribuição social ativo diferido - não circulante	-	168

A seguir, está descrita a movimentação no resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Início do exercício	(835)	191
Baixa pela liquidação de empresas		(68)
Constituição PECLD	835	45
Final do exercício	-	168

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, estima recuperar os ativos fiscais diferidos, incluindo os créditos tributários decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, nos seguintes exercícios:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	168
Total do ativo fiscal diferido	-	168

Adicionalmente a Companhia possui ativos fiscais diferidos não constituídos decorrentes de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, no montante acumulado de R\$ 134.095 em 31 de dezembro de 2025.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, de acordo com a Lei nº 12.973/2014.

20. Passivo de contrato

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Adiantamentos de clientes (serviços a prestar) (i)	553	274
Total	553	274

- (i) Os saldos de adiantamentos de clientes (serviços a prestar), referem-se aos contratos de prestação de serviços firmados até a data-base destas demonstrações contábeis, com a obrigação de prestação subsequente (exercício seguinte) dos serviços, conforme previsto nos termos contratuais, decorrente do recebimento financeiro ter ocorrido de forma antecipada ao reconhecimento da receita.

21. Arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos (circulante)	78	66	78	775
Arrendamentos (não circulante)	28	-	28	1.835
Total	106	66	106	2.610

O Grupo arrenda imóveis administrativos ("arrendamento de imóveis") para consecução de suas atividades operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram 5 anos, sem opção de renovação automática do arrendamento após este período.

Os pagamentos de arrendamento são reajustados com base nos acordos contratuais, para refletir os valores de mercado.

Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2).

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas a seguir:

i) Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	418	418
Adição	175	3.240
Despesa de depreciação do exercício	(493)	(1.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	100	2.513
Adição	118	263
Despesa de depreciação do exercício	(115)	(115)
Operação descontinuada	-	(2.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	103	104

O Grupo não possui arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor reconhecidos como despesa.

ii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 12,37% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico do Grupo para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. Os valores das prestações não descontadas e respectivos encargos financeiros futuros dos arrendamentos estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento de imóveis	118	70	118	3.215
(-) Encargos financeiros futuros	(12)	(4)	(12)	(606)
Valor presente dos arrendamentos de imóveis	106	66	106	2.609
Curto prazo	78	66	78	775
Longo prazo	28	-	28	1.835

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	547	547
Remensuração de contrato	175	3.240
Juros incorridos	12	276
Pagamento de principal e juros	(668)	(1.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	66	2.610
Adições – novo arrendamento de imóvel	118	253
Juros incorridos	7	12
Pagamento de principal e juros	(85)	(235)
Passivo de arrendamento associado ao ativo não circulante mantido para venda	-	(2.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	106	106

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento encontra-se conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
2026	78	78
2027	28	28
Passivo circulante não circulante	106	106

iii) Potencial direito de PIS e Cofins

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Nominal	presente	nominal	presente
Contraprestação do arrendamento	(85)	(68)	(668)	(533)
PIS/Cofins potencial (9.25%)	8	6	62	49

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	(85)	(68)	(1.453)	(1.159)
PIS/Cofins potencial (9,25%)	8	6	134	107

Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários na comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA média futura ao ano, para 03 anos, de 4,00% a.a. (3,51% a.a. em 2024), representam os seguintes montantes:

Controladora					
Direito de uso			Passivo de arrendamento		
Fluxo real	31/12/2025	31/12/2024	Fluxo real	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	218	593	Passivo de arrendamento	106	66
Depreciação	(114)	(493)	Despesa financeira	(7)	(12)
Fluxo Inflacionado			Fluxo inflacionado		
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	227	655	Passivo de arrendamento	110	73
Depreciação	(119)	(545)	Despesa financeira	(7)	(13)

22. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar Combinação de negócios (i)	1.049	8.784	1.049	8.784
Outras contas a pagar (ii)	1.168	1.272	514	3.783
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	6
Contas Intercompany	1.208	1.940	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ações restritas (iii)	56	78	56	78
Total	3.481	12.074	1.619	12.651

- (i) Refere-se a contas a pagar decorrentes de cláusula de *earn-out* relacionada à aquisição da Pandhora. Em 2025, após a apuração das premissas previstas nas referidas cláusulas de *earn-out*, verificou-se que determinados gatilhos de desempenho não foram atingidos. Dessa forma, houve a revisão do valor do *earn-out*, resultando em redução no montante de R\$ 6.288.
- (ii) Referem-se a contas a pagar a prestadores de serviços e outras contas a pagar. Os valores em sua maioria são oriundos de acordos de *signing* bônus na contratação de prestadores de serviços para produção e participação de conteúdo;
- (iii) Trata-se do saldo outorgado de ações restritas, como forma de remuneração de prestadores de serviços pessoa jurídica, a ser liquidado em caixa após o cumprimento do período de elegibilidade, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 25.

23. Provisões para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das suas operações.

Com base em informações de seus assessores jurídicos e análise de demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2025 o Grupo possui o montante provisionado de R\$ 2.785 referente a processos trabalhistas, cuja expectativa de perda foi classificada como provável (R\$ 2.185 31 de dezembro de 2024).

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos do Grupo e classificados com risco de perda possível, no montante de R\$ 1.180 (R\$ 796 em 31 de dezembro de 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Portanto, não foi identificado nenhum impacto de resultado, nem de divulgação relacionado a este tema.

24. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda. (i)	4.713	4.647	3.510	-
Matrix (i)	2.527	1.678	-	-
Pandhora (i)	3.856	3.840	-	-
Economatica	-	60	-	-
TC AAI	1.317	297	-	-
TC Mover	167	140	-	-
TC Radio	1.942	-	-	-
Abalustre	28	-	-	-
TC Comercio	18	12	-	-
TC Holding	60	44	-	-
TC Seguros	80	-	-	-
Dibran	277	-	277	-
Dividendos a receber	708	432	708	432
Total	15.693	11.150	4.495	432

- (i) A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do seu plano de negócios, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

a) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração encontra-se a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Sócios-diretores Benefícios de curto prazo	840	1.203
Pagamento baseado em ações	62	8
Total	902	1.211

25. Patrimônio Líquido

a) **Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está assim composto:

Ações Ordinárias	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de quotas	Participação %
Acionistas controladores	31.863.473	79,62	30.942.897	77,32
Administradores	743.993	1,86	829.406	2,07
Total	32.607.466	81,48	31.772.303	79,39
Ações em tesouraria	388.056	0,97	592.153	1,48
Ações em circulação (<i>Free Float</i>)	7.025.498	17,55	7.656.564	19,13
Total	7.413.554	18,52	8.248.717	20,61
Quantidade de ações	40.021.020	100,00	40.021.020	100,00
Total Capital Nominal (R\$ mil)	623.440	-	623.440	-
Gastos com emissões de ações	(42.276)	-	(42.276)	-
Total Capital Social	581.164	-	581.164	-

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 600.000.000 (seiscentos milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia e independentemente de reforma estatutária, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de subscrição e integralização das ações emitidas.

b) **Agrupamento**

Em 20 de junho de 2024, foi aprovado, por unanimidade, a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 07 ações de cada espécie para 01 ação da mesma espécie ("Grupamento").

c) **Reserva de capital**

A reserva de capital representa o valor justo de ações emitidas pela Companhia que excedeu o valor de emissão registrado como capital social, bem como valor de contraprestação transferida em aquisição de investida, ágio na venda de ações em tesouraria e plano de remuneração baseado em ações.

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da reserva de capital era de R\$ 25.963 (R\$ 25.975 em 31 de dezembro de 2024).

d) Ações em tesouraria

- i) Em 08 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a recompra de 895.000 ações da própria emissão da Companhia, TRAD3, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital;
- ii) Em 07 de dezembro de 2023, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o novo programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra") de 3.672.000 ações para manutenção em tesouraria. O propósito deste programa é permitir que a Companhia possa reduzir o custo financeiro das operações de TRS (*Total Return Swap*) vigentes. O valor total gasto na transação foi obtido pela média simples de cotações na B3 e resultou no valor de R\$ 0,90 por ação, perfazendo um total de R\$ 3.288. Remanescem em tesouraria, com lastro na reserva de capital 4.711.649 ações. Não houve qualquer redução ou alteração na cifra do capital social.
- iii) Em dezembro de 2024 foi efetuado pagamentos de 82.937 ações para quitação da segunda parcela do earn-out da Pandhora bem como RSU. Após as liquidações de dezembro, remanescem em tesouraria o montante de 592.153 ações após a conversão.
- iv) Em outubro de 2025 foram efetuados pagamentos referentes a terceira parcela do earn-out da Pandhora, bem como RSUs. Após estas liquidações, em dezembro de 2025 remanesceram em tesouraria o montante de 388.056 ações já convertidas.

e) Reserva Legal

A Reserva legal é constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, limitados a 20% do capital social, conforme definido em seu Estatuto Social e na legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, essa reserva foi integralmente consumida pelo prejuízo do exercício, remanescendo sem saldo em 31 de dezembro de 2025.

f) Reservas de lucros

Conforme aprovado no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido apurado no exercício, serão deduzidos, antes de qualquer destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento), conforme a Lei das S.A.; (b) 5% (cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e (c) o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral podendo ser aplicada na formação da reserva de lucros estatutária, que tem por fim reforçar o capital de giro da Companhia e financiar a manutenção, expansão e desenvolvimento de novos projetos e das demais atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, incluindo por meio de subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos. Essa reserva estatutária não poderá ultrapassar o total do capital social.

g) Distribuição de resultados

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 5% do resultado do exercício ajustado na forma da lei. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

h) Remuneração baseada em ações

Aprovação do Plano de Outorga de Opções e plano de Outorga de ações restritas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão do TC S.A. ("Plano"), com sua eficácia condicionada ao registro de Companhia Aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ao início das negociações das ações da Companhia no segmento especial de listagem da Brasil, Bolsa e Balcão – B3, o Novo Mercado. Apenas após satisfeitas essas condições, poderão ser elaborados os programas que irão disciplinar a outorga de opções de compra aos administradores da Companhia. Até 31 de dezembro de 2024, não havia nenhum programa vigente de outorga de opções.

Principais características do Plano – Opções de ações

De acordo com o Plano, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia as pessoas naturais que atuem como executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores, colaboradores e empregados da Companhia e de suas controladas e que, por serem considerados pessoas chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das controladas, conforme vierem a ser escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia ou comitê especial criado para a administração do Plano para recebimento das opções.

O Conselho de Administração da Companhia ou o Comitê, conforme o caso, poderá criar Programas de Opção de Compra de Ações, nos quais constarão as condições específicas quanto aos Participantes, o número total de ações da Companhia objeto da outorga, a divisão da outorga em lotes e as respectivas regras específicas de cada lote, inclusive o preço de exercício e os prazos para exercício da opção.

Os objetivos do Plano são: **(a)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; **(b)** alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e colaboradores da Companhia e de suas controladas, por meio da participação em conjunto com os demais acionistas da valorização das ações bem como dos riscos a que a Companhia está sujeita; e **(c)** possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores, colaboradores e empregados que sejam considerados pessoas chave, oferecendo-lhes a possibilidade de, nos termos e condições previstos no Plano, se tornarem acionistas da Companhia.

As Opções outorgadas nos termos do Plano, considerando todos os Programas, poderão conferir aos Participantes direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda 5% do capital social e o limite do capital autorizado da Companhia, observado ainda o limite de 1% do capital social por exercício social. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso: **(a)** emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou **(b)** alienar privadamente ao Participante ações mantidas em tesouraria.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, aprovará as outorgas de opções por meio dos Programas. Quando do lançamento de cada Programa, a Companhia celebrará com cada Participante um Contrato de Opção, que definirá pelo menos as seguintes condições: **(i)** o número de ações que o Participante terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço de exercício, de acordo com os termos do Programa; **(ii)** o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; **(iii)** eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e **(iv)** quaisquer outros termos e condições, em consonância com o Plano e com o respectivo Programa.

O preço de exercício de cada uma das Opções outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Opção, corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores à data de assinatura do Contrato de Opção, com a aplicação, sobre esse valor, de um desconto de, no máximo, 20%, sem qualquer tipo de correção ou atualização ("Preço de Exercício"). O exercício das opções deverá ser realizado dentro do período de 90 dias contados do fim do prazo de carência estabelecido nos termos do Plano. No caso de opções outorgadas sem prazo de carência, o prazo de exercício será contado da data de celebração do Contrato de Opção.

Os Programas e os Contratos de Opção também deverão prever que, na hipótese de desligamento do Participante durante o período de restrição, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar a totalidade das ações de titularidade do Participante sujeitas ao período de restrição, pelo valor equivalente ao Preço de Exercício, atualizado pela Selic, com um desconto de 20% ou o valor da cotação das ações na data de exercício da recompra pela Companhia, o que for menor, nos termos do Plano.

Na hipótese de desligamento do participante, salvo por força de falecimento ou invalidez permanente, a totalidade das opções não exercidas, mesmo aquelas cujo prazo de carência haja sido consumado, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Principais características do Plano – Ações restritas RSU

O Plano tem por objetivo permitir a outorga do direito ao recebimento de Ações aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: **(i)** estimular a expansão, geração de valor, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades por ela controladas; **(ii)** alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e **(iii)** estimular a permanência dos empregados na Companhia ou em suas Controladas.

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, Ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano. O preço de exercício de cada uma das Opções outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Opção, corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores à data de assinatura do Contrato.

As ações outorgadas aos beneficiários serão divididas em 4 (quatro) lotes, (sendo cada um deles um "Lote"), e poderão ser exercidas desde que cumpridas as condições previstas: **(i)** no fim do período de elegibilidade, varia entre 4 e 12 meses, 25% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário; **(ii)** no décimo segundo mês após a elegibilidade (primeiro período de *vesting*), 50% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário; **(iii)** no vigésimo quarto mês após a elegibilidade 75% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário; e **(iv)** no trigésimo sexto mês após a elegibilidade 100% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário.

Caso o beneficiário não tenha cumprido com seu período de elegibilidade, a totalidade de suas ações será automaticamente extinta de pleno direito, sem qualquer direito de indenização ou ônus para companhia.

Na hipótese de desligamento do participante, o direito ao recebimento das Ações Objeto nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos: **(a)** mediante o distrato do Contrato por mútuo acordo; **(b)** se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou **(c)** nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, nos seguintes termos caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia por vontade da Companhia, sem Justo Motivo, serão adotados os seguintes critérios: **(i)** as Ações Adquiridas e as Ações Não Adquiridas Antecipadas existentes na data do Desligamento, conforme aplicável, serão Transferidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento; e **(ii)** as Ações Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Plano de outorga de ações restritas – RSU

	31/12/2025		
	Número de ações	Preço médio ponderado	Total (valores apresentados em reais)
Em circulação no início do exercício	27.975	5,54	155.041
Canceladas durante o exercício (2)	(20.607)	4,35	(89.640)
Baixas	(4.866)	4,35	(21.167)
Em circulação no final do exercício	2.502	4,35	10.885

(1) Quantidade de ações outorgadas, sendo a sua liquidação realizada por meio de ações da Companhia, tendo como contrapartida o patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital;

(2) Cancelamento decorrente de desligamento de funcionários.

As outorgas de ações restritas têm as seguintes datas de vencimento:

Quantidade de ações	Data de vencimento
2.502	2026

Crítérios de mensuração do valor justo

O valor médio das ações foi calculado com base na média ponderada do preço das ações de emissão da Companhia apurado ao fim dos últimos 30 pregões anteriores ao fim do período de elegibilidade.

Plano de Outorga de remuneração de prestação de serviços com remuneração atrelada a Ações

Em reunião do conselho de administração realizada em 09 de novembro de 2022, foi aprovado o Plano de Outorga de remuneração de prestação de serviços com remuneração atrelada a Ações da Companhia.

Principais características do Plano – Outorga de remuneração de prestação de serviços com remuneração atrelada a Ações

O Plano tem por objetivo permitir a outorga do direito ao recebimento de Ações aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: **(i)** estimular a expansão, geração de valor, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades por ela controladas; **(ii)** alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e **(iii)** estimular a permanência dos terceiros na Companhia ou em suas Controladas.

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, Ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano. O preço de exercício de cada uma das Opções outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Opção, corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores à data de assinatura do Contrato.

As ações outorgadas aos beneficiários serão divididas em 04 (quatro) lotes, (sendo cada um deles um "Lote"), e poderão ser exercidas desde que cumpridas as condições previstas: (i) no fim do período de elegibilidade, varia entre 04 e 12 meses, 25% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário; (ii) no décimo segundo mês após a elegibilidade (primeiro período de *vesting*), 50% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário; (iii) no vigésimo quarto mês após a elegibilidade 75% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário; e (iv) no trigésimo sexto mês após a elegibilidade 100% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário.

Caso o beneficiário não tenha cumprido com seu período de elegibilidade, a totalidade de suas ações será automaticamente extinta de pleno direito, sem qualquer direito de indenização ou ônus para companhia.

Na hipótese de desligamento do participante, o direito ao recebimento das Ações Objeto nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos: (a) mediante o distrato do Contrato por mútuo acordo; (b) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (c) nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, nos seguintes termos caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia por vontade da Companhia, sem Justo Motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as Ações Adquiridas e as Ações Não Adquiridas Antecipadas existentes na data do Desligamento, conforme aplicável, serão Transferidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento; e (ii) as Ações Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

O plano poderá ser pago, total ou parcialmente, mediante uma das duas formas a seguir, cuja opção discricionária caberá única e exclusivamente à Companhia: (i) mediante a entrega de ações TRAD3, cujo número total será calculado mediante a divisão do Preço Performance pela média das cotações dos últimos 10 (dez) pregões anteriores à data de celebração do Contrato, ponderado pelo volume negociado; e/ou (ii) em moeda corrente nacional, em valor equivalente à multiplicação do número de ações TRAD3 que seriam entregues na correspondente data de pagamento pela média das cotações nos últimos 10 (dez) pregões anteriores à respectiva Data de Elegibilidade.

	31/12/2025		
	Número de ações	Preço médio ponderado	Total (valores apresentados em reais)
Em circulação no início do exercício	138.041	0,966	133.041
Canceladas durante o exercício (2)	(58.208)	0,96	(55.879)
Pagamentos durante o exercício	(174.619)	0,83	(144.933)
Acréscimos	103.709	0,83	86.644
Em circulação no final do exercício	8.923	0,82	7.316

(1) Quantidade de ações outorgadas, sendo contabilizado na rubrica de outras contas a pagar, devido ao pagamento destes beneficiários ser realizado em cash, apesar de o plano prever a possibilidade de pagamento por meio de ações, foi acordado entre as partes a liquidação dos valores em cash, dessa forma, os valores foram inicialmente trazidos ao seu valor justo e são atualizados ao seu valor justo a cada data de fechamento. Na data-base estão registrados na rubrica de outras contas a pagar o montante de R\$ 56;

(2) Cancelamento decorrente de encerramento de contratos de prestação de serviços.

As ações restritas têm as seguintes datas de vencimento:

Quantidade de ações	Data de vencimento
7.257	2026
1.666	2027
8.923	-

Critérios de mensuração do valor justo

O valor médio das ações foi calculado com base na média ponderada do preço das ações de emissão da Companhia apurado ao fim dos últimos 30 pregões anteriores ao fim do período de elegibilidade.

26. Receita líquida

O Grupo gera receitas através das vendas de assinaturas e treinamentos para desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial, realizados através da plataforma (Web e App) do TC e através das atividades operacionais de suas controladas.

A seguir, apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações dos resultados:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita com serviços – B2C	8.479	3.880
Receita com serviços – B2B	7.309	11.350
Impostos sobre as receitas	(1.894)	(1.825)
Total	13.894	13.405

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
		*Reapresentado
Receita com serviços – B2C	10.849	12.579
Receita com serviços – B2B	14.162	14.148
Impostos sobre as receitas	(2.676)	(2.859)
Total	22.335	23.868

(*) A informação comparativa está sendo reapresentada devido à operação descontinuada. Vide Nota Explicativa nº 34.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Assinaturas	As faturas para a venda de assinaturas são emitidas mensalmente e normalmente os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista.	A receita é reconhecida ao longo do tempo pelo método linear desde a data de liberação do acesso até a data do vencimento da assinatura. Para os clientes que efetuam o pagamento a vista, o excedente recebido é registrado como passivo de contrato no passivo circulante.
Cursos e treinamentos	Os clientes obtêm controle dos cursos e treinamentos quando seu acesso é disponibilizado na plataforma, podendo o cliente realizar o treinamento a qualquer momento e por prazo indeterminado. Os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista. Todos os cursos oferecidos dão a possibilidade para o cliente de solicitar a devolução de seu pagamento em até 7 dias após a compra caso o cliente não se adapte à metodologia aplicada nos treinamentos.	A receita é reconhecida 7 dias após a liberação do acesso dos clientes aos treinamentos adquiridos.
Calculadora de imposto de renda	Os clientes obtêm controle da calculadora quando seu acesso é disponibilizado na plataforma, podendo o cliente realizar o cálculo para o mês e CPF/CNPJ contratado a qualquer momento e por prazo indeterminado. Os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista.	A receita é reconhecida após a liberação do acesso dos clientes a calculadora.
Assinaturas Economatica	Venda de serviços de base e consultoria de dados financeiros (ativos financeiros e fundos de investimento), do Brasil e países da América Latina, América Central e América do Norte (EUA). Os contratos são elaborados com prazos mensais, bimensais, trimestrais, semestrais e anuais de pagamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo pelo método linear desde a data de liberação do acesso até a data do vencimento da assinatura.
Dibran	Prestação de serviços financeiros especializados, incluindo consultoria e intermediação de operações no mercado de capitais, com foco em ações, derivativos e câmbio. A Dibran é uma DTVM autorizada a atuar na B3, atendendo a clientes no Brasil e no exterior. As modalidades de contratação são flexíveis, com diversas opções de prazo e pagamento.	A receita é registrada no momento da transação, quando a obrigação é cumprida, sem afetar o valor do ativo ou passivo, visto que a corretora está atuando como agente e não como principal.
TC Seguros	Intermediadora de seguros na administração, corretagem e agenciamento de seguros de vida, residencial, funerário, capitalização, planos de saúde, previdenciários, seguro garantia, negócios em geral e consultoria.	A receita é reconhecida periodicamente, ao longo da vigência do contrato de seguro, de forma proporcional ao tempo ou risco coberto pela apólice. Para prêmios pagos em parcelas, a receita será reconhecida conforme as parcelas forem recebidas e conforme o serviço de cobertura de risco é prestado.
Gestão de fundo e taxa de performance	Captura da taxa de administração dos fundos baseada no estatuto dos fundos mensalmente, além da captura da taxa de performance dos fundos que contenham esse elemento em seus estatutos de forma semestral.	A receita da taxa de gestão é reconhecida todo mês, de acordo com o que foi acordado com os cotistas no estatuto do fundo. A receita da taxa de performance é reconhecida semestralmente de acordo com o estatuto de cada fundo que tem taxa de performance.

27. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços prestados por terceiros	(26.938)	(26.032)
Serviços de marketing	(2.095)	(2.643)
Manutenção do sistema (plataforma)	(3.671)	(3.724)
Despesas de manutenção	(2.651)	(2.981)
Pessoal	(9.776)	(18.169)
Depreciação e amortização	(7.319)	(9.787)
Cursos e treinamentos	(81)	(594)
Ações restritas	(140)	(124)
Impairment Ágio	(18.959)	(27.184)
Impairment Sencon	(4.505)	-
Valor Justo 2TM	(19.478)	3.540
Outras (iii)	(17.909)	(3.519)
Resultado Valor Justo (ii)	-	(1.912)
Resultado Líquido Alienação de Empresas (i)	7.644	(11.203)
Total	(105.878)	(104.332)
Custo do serviço prestado	(15.605)	(18.779)
Despesas com vendas e marketing	(3.058)	(5.279)
Despesas gerais e administrativas	(53.275)	(41.686)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(33.940)	(38.588)
Total	(105.878)	(104.332)

(i) Em 2025 refere-se ao ganho na Alienação de Investimentos (Nota Explicativa nº 14); e em 2024 trata-se de perda na alienação de investimentos.

(ii) Refere-se à avaliação do valor justo da RI Prisma.

(iii) Do montante total presente nesta rubrica, 16 milhões refere-se a PECLD constituída decorrente da alienação mencionada na NE nº 12.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
		*Reapresentado
Serviços prestados por terceiros	(32.106)	(38.480)
Serviços de marketing	(1.597)	(2.849)
Manutenção do sistema (plataforma)	(5.416)	(4.277)
Despesas de manutenção	(2.151)	(2.986)
Pessoal	(12.710)	(20.233)
Depreciação e amortização	(8.309)	(10.992)
Cursos e treinamentos	(81)	(594)
Ações restritas	(140)	(124)
Impairment Ágio	(18.959)	(27.184)
Impairment Sencon	(4.505)	-
Valor Justo 2TM	(19.478)	3.540
Outras (iii)	(19.428)	(3.770)
Resultado Valor Justo (ii)	-	(66)
Resultado Líquido Alienação de Empresas (i)	7.644	(9.810)
Total	(117.236)	(117.825)
Custo do serviço prestado	(19.788)	(23.266)
Despesas com vendas e marketing	(3.170)	(6.099)
Despesas gerais e administrativas	(60.166)	(49.689)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
		*Reapresentado
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(34.112)	(38.771)
Total	(117.236)	(117.825)

(*) A informação comparativa está sendo reapresentada devido à operação descontinuada. Vide Nota Explicativa nº 34.

(i) Em 2025 refere-se ao ganho na Alienação de Investimentos (Nota Explicativa nº 14); e em 2024 trata-se de perda na alienação de investimentos.

(ii) Refere-se à avaliação do valor justo da RI Prisma.

(iii) Do montante total presente nesta rubrica, 16 milhões refere-se a PECLD constituída decorrente da alienação mencionada na NE nº 12.

28. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	662	5.247
Descontos obtidos	5	51
Outras receitas financeiras	8.606	534
Ganhos com derivativos	1.592	1.599
Total da receita financeira	10.865	7.431
Despesa financeira		
IOF	(75)	(83)
Despesas bancárias	(2.057)	(1.228)
Juros passivo	(145)	(257)
Variação cambial	(9)	(8)
Juros sobre arrendamento	(7)	(12)
Pis/COFINS sobre receita financeira	(61)	(251)
(-) Perdas com derivativos	(429)	(1.415)
Total da despesa financeira	(2.783)	(3.254)
Resultado financeiro (i)	8.082	4.177

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
		*Reapresentado
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	662	5.248
Descontos obtidos	7	55
Outras receitas financeiras	8.602	649
Variação Cambial	(27)	-
Ganhos com derivativos	1.592	1.584
Total da receita financeira	10.836	7.536
Despesa financeira		
IOF	(75)	(88)
Despesas bancárias	(2.090)	(1.121)
Juros passivo	(183)	(565)
Variação cambial	(9)	(8)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
	*Reapresentado	
Juros sobre arrendamento	(7)	(266)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(61)	(251)
(-) Perdas com derivativos	(429)	(1.415)
Total da despesa financeira	(2.854)	(3.714)
Resultado financeiro (i)	7.982	3.822

(*) A informação comparativa está sendo reapresentada devido à uma operação descontinuada. Vide Nota Explicativa nº 34.

29. Resultado por ação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) líquido do exercício	(85.986)	(86.775)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	40.021.020	40.021.020
(Prejuízo) básico por ação ordinária	(2,1485)	(2,1682)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o resultado e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não havia nenhum instrumento com efeito diluidor.

30. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Após a aprovação pelo conselho de administração, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para a troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação exclusivamente financeira TRS (*Total Return Swaps*).

A finalidade da operação é aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Foram vinculadas aplicações financeiras para garantia da operação (vide Nota Explicativa nº 9).

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 a posição desses contratos de SWAP é como segue:

Tipo	Moeda	Quantidade		Ativo	Vencimento	Valor – R\$	31/12/2025	31/12/2024
		de	ações					
Equity Swap-Bolsa	R\$	400.000	Ações TRAD3 / CDI + 2%	02-jun-25	268.000	-	21	
Equity Swap-Bolsa	R\$	250.000	Ações TRAD3 / CDI + 2%	05-jun-25	152.500	-	43	
Equity Swap-Bolsa	R\$	120.000	Ações TRAD3 / CDI + 2%	24-jun-25	72.000	-	86	
Equity Swap-Bolsa	R\$	256.000	Ações TRAD3 / CDI + 2%	21-out-25	228.568	-	17	
Equity Swap-Bolsa	R\$	177.695	Ações TRAD3 / CDI + 2%	21-out-26	154.594	57	-	
Total líquido							57	167

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade dos ativos financeiros derivativos, atrelados à variação do preço das ações TRAD3 como ponta ativa e como ponta passiva 100% do CDI +2% a.a. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia na operação de SWAP, com a exposição aplicável a variação de preço da ação TRAD3 e da flutuação da taxa CDI. O cenário razoavelmente possível foi calculado, para a ponta ativa do SWAP, pela Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 95%, com base nas cotações históricas da Companhia, assumindo que essa variação pode ocorrer valorizando ou desvalorizando a ação TRAD3, sendo que para a ponta passiva foi considerada a expectativa da taxa CDI, com base na divulgação da taxa Selic futura pelo Boletim Focus, do Bacen:

Cenário de desvalorização da ação TRAD3

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2025- volume de ações	Cenário		
				Cenário		
				Base	razoavelmente possível – 47,70%	Provável
				31/12/2025	2025	Efeito no resultado
VaR Ações						
SWAP - Ponta ativa	TRAD3	154.594	3.626	6,83	3,57	(12)
SWAP - Ponta passiva	CDI + 2%	100,00%	(154.594)	15,00%	17,00%	6
SWAP - Aplicação financeira	CDI + 2%	100,00%	154.594	15,00%	17,00%	(6)

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2025- volume de ações	Cenário		
				Cenário		
				Base	razoavelmente possível – 47,70%	Provável
				31/12/2025	2025	Efeito no resultado
Total						(12)

Cenário de valorização da ação TRAD3

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2025 - volume de ações	Cenário		
				Cenário		
				Base	razoavelmente possível +47,70%	Provável
				31/12/2025	2025	Efeito no resultado
Var Ações						
SWAP - Ponta ativa	TRAD3	154.594	3.626	6,83	10,09	12
SWAP - Ponta passiva	CDI + 2%	100,00%	(154.594)	15,00%	17,00%	6
SWAP - Aplicação financeira	CDI + 2%	100,00%	154.594	15,00%	17,00%	(6)
Total						12

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, ativos financeiros, arrendamento, derivativos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	Controladora		
	31/12/2025		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	1.233	-	1.233
Aplicação financeira	1.801	-	1.801
Contas a receber	-	3.198	3.198
Ativos Financeiros	15.224	-	15.224
Total	18.258	3.198	21.456
Passivos			
Outras contas a pagar	-	3.481	3.481
Arrendamento	-	106	106
Instrumentos financeiros derivativos	57	-	57
Total	57	3.587	3.644

Instrumentos financeiros	Consolidado		
	31/12/2025		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	7.339	-	7.339
Aplicação financeira	1.801	-	1.801
Contas a receber	-	3.338	3.338

Instrumentos financeiros	Consolidado		
	31/12/2025		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Aplicação financeira LP	9.146		9.146
Ativos financeiros	15.224	-	15.224
Total	33.510	3.338	36.848

Passivos			
Outras contas a pagar	-	1.619	1.619
Arrendamento	-	106	106
Instrumentos financeiros derivativos	57	-	57
Total	57	1.725	1.782

Instrumentos financeiros	Controladora		
	31/12/2024		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	2.548	-	2.548
Aplicação financeira	9.649	-	9.649
Aplicações financeiras vinculadas	1.144	-	1.144
Contas a receber	-	3.519	3.519
Instrumentos financeiros derivativos	-	167	167
Ativos financeiros	34.702	-	34.702
Total	48.043	3.686	51.729

Passivos			
Outras contas a pagar	-	12.074	12.074
Arrendamento	-	66	66
Total	-	12.140	12.140

Instrumentos financeiros	Consolidado		
	31/12/2024		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	20.093	-	20.093
Aplicação financeira	13.019	-	13.019
Aplicações financeiras vinculadas	1.144	-	1.144
Contas a receber	-	4.266	4.266
Instrumentos financeiros derivativos	-	167	167
Ativos financeiros	34.702	-	34.702
Total	68.958	4.433	73.391

Passivos			
Outras contas a pagar	-	12.651	12.651
Arrendamento	-	2.610	2.610
Total	-	15.261	15.261

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos - Nível 2		
Bancos	1.233	2.548
Aplicações financeiras	1.801	9.649
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.144
Instrumentos financeiros derivativos	-	167
Ativos - Nível 3		
Ativos financeiros	15.224	34.702
Total	18.258	48.210
Passivos - Nível 2		
Derivativos	57	-
Total	57	-

Instrumentos financeiros	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos - Nível 2		
Bancos	7.339	20.093
Aplicações financeiras	1.801	13.019
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.144
Instrumentos financeiros derivativos	-	167
Aplicações financeiras LP	9.146	-
Ativos - Nível 3		
Ativos financeiros	15.224	34.702
Total	33.510	69.125
Passivos - Nível 2		
Derivativos	57	-
Total	57	-

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

b) Fatores de riscos

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo.

i) Risco de crédito

O Grupo está sujeito ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento dos serviços prestados ou produtos disponibilizados, como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações perante o Grupo poderão resultar em perdas, bem como afetar o seu resultado operacional;

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos do Grupo, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. O Grupo conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, bem como possui acesso ao mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, acessar instituições financeiras e o mercado de capitais podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos do Grupo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento do Grupo;

iii) Risco de mercado

Os negócios do Grupo dependem principalmente de usuários que adquirem as assinaturas e treinamentos em sua plataforma online. Uma redução na procura pelos produtos ofertados pelo Grupo poderá afetar os ganhos do Grupo; e

iv) Risco cambial

Esse risco estava concentrado nos investimentos em dólar na 2TM Holding Company Ltda. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, tal investimento foi convertido em participação societária em 02 de janeiro de 2023, representativas de 1% de participação no Mercado Bitcoin. Portanto, a Companhia não possui exposição cambial relevante em 31 de dezembro de 2025.

31. Segmentos operacionais

A Administração do Grupo baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que, atualmente, opera em dois segmentos operacionais, tais como: Prestação de serviços de treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial; e atuação como corretora no mercado financeiro, oferecendo serviços de intermediação de operações no mercado de capitais e assessoria em investimentos. No entanto, a atividade da corretora ainda não representa efeitos financeiros notáveis, deste modo, não há informações relevantes a serem apresentadas por segmento.

32. Transações não caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações de investimento				
Adição de direito de uso	118	175	-	3.240
Total	118	175	-	3.240
Transações de financiamento				
Adição de contrato de arrendamento	118	175	-	3.240
Total	118	175	-	3.240

33. Seguros

Em 31 de Dezembro de 2025, o Grupo possui cobertura de seguros para o imóvel arrendado, cujo valor total da cobertura do seguro contratado é de R\$ 60.790, já em 31 de dezembro de 2024, a cobertura total para o imóvel arrendado era de R\$ 56.490.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros e suas premissas.

34. Operação descontinuada

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia reclassificou, em 30 de junho de 2025, a parcela remanescente de 50,1% do investimento na Economatica para o grupo de Ativo Não Circulante Mantido para Venda, apresentado em linha específica no balanço patrimonial da controladora e reclassificou os ativos e passivos para Ativo não circulante mantido para venda e Passivos mantidos para venda respectivamente.

A alienação foi mais uma operação parte do plano da Companhia para concentrar seus esforços operacionais no projeto da sua Corretora, um movimento em linha com o planejamento da Companhia para direcionar o foco ao seu core business.

A Economática é uma sociedade limitada que tem por objeto a prestação de serviços de desenvolvimento de softwares voltados ao mercado financeiro. A partir da data da reclassificação, o investimento deixou de ser objeto de equivalência patrimonial e passou a ser mensurado pelo valor contábil que é o menor valor quando comparado com o valor justo líquido de despesas de venda, conforme determina o CPC 31.

Por causa da opção de compra e venda, a Administração avaliou esta venda como altamente provável.

A seguir, são apresentados os saldos contábeis da Economática, quando da classificação como ativos disponíveis para venda:

Consolidado	
30/06/2025	
Caixa e equivalentes de caixa	1.135
Contas a receber	1.451
Outros créditos	233
Imobilizado	2.601
Intangível	41.037
Ativos mantidos para venda	46.457
Obrigações sociais e trabalhistas	455
Arrendamento	2.395
Obrigações tributárias	344
Outras contas a pagar	1.187
Passivos mantidos para venda	4.381

Por se tratar de uma alienação de uma importante linha separada de negócios, os quadros a seguir apresentam as receitas, custos e despesas, bem como a movimentação de fluxo de caixa da Economática até a data da conclusão dos desinvestimentos, os quais foram apresentados em linhas separadas como operação descontinuada nas demonstrações de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado:

	Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Demonstração de resultados das operações descontinuadas		
Receita líquida	20.770	20.147
Custo do serviço prestado	(10.679)	(7.392)
Lucro bruto	10.091	12.755
Despesas com vendas / marketing	(2.396)	(1.002)
Gerais e administrativas	(5.807)	(8.255)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(286)	(98)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.602	3.400
Receita financeira	80	361
Despesa financeira	(437)	(600)
Resultado financeiro líquido	(357)	(239)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.245	3.161
Imposto de renda e contribuição social corrente	(392)	(1.097)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(95)	46
Lucro líquido do exercício da operação descontinuada	758	2.110

	Consolidado	
	01/01/2025 a	01/01/2024
	31/12/2025	a 31/12/2024
Demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas		
Resultado líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	758	2.110
Decréscimo (acrécimo) em ativos	1.958	(46)
(Decréscimo) acréscimo em passivos	2.459	1.317
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais proveniente de operações descontinuadas	5.175	3.381
-		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento proveniente de operações descontinuadas	(6.962)	(2.445)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos	(6.962)	(2.445)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.787)	936
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
No início do exercício	5.031	4.095
No final do exercício	3.244	5.031
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.787)	936
	Consolidado	
	01/01/2025 a	01/01/2024
	31/12/2025	a 31/12/2024
Demonstração do valor adicionado das operações descontinuadas		
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22.230	21.559
Perdas estimadas de liquidação e custódia	280	(135)
Total	22.510	21.424
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(8.202)	(4.701)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.648)	(7.293)
Valor adicionado bruto	8.660	9.430
Depreciação e amortização	(1.535)	(942)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	7.125	8.488
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	80	361
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Valor adicionado total a distribuir	7.205	8.849
Distribuição do valor adicionado	7.205	8.849
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	2.618	2.406
Benefícios	375	351
F.G.T.S.	591	463

	Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Total	3.584	3.220
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.304	1.838
Municipais	643	625
Estaduais	-	-
Total	1.947	2.463
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	437	560
Aluguéis	479	496
Total	916	1.056
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos do exercício da operação descontinuada	758	2.110
Total	758	2.110
Total	7.205	8.849

35. Eventos subsequentes

Em março de 2026, a Companhia iniciou tratativas com a RC Holding S.A. visando à renovação, por mais 6 (seis) meses, do Instrumento Particular de Carta de Anuência e Renúncia de Direitos ("Side Letter"), com o objetivo de assegurar a conclusão da venda da Economatica Software de Apoio a Investidores Ltda. dentro desse período. Referido instrumento foi originalmente celebrado em 23 de dezembro de 2025, no qual a RC Holding (Reag) renunciou a direitos contratuais relevantes estabelecidos na operação celebrada em maio de 2025, incluindo a autorização e liberação de lock-up, a definição da participação objeto da transação em 20,40%, a renúncia ao direito de preferência, a renúncia ao direito de venda conjunta (tag along), a renúncia à opção de compra, bem como o estabelecimento de valor mínimo de R\$ 7.140 para a referida participação de 20,40%. Até a data de aprovação das demonstrações financeiras, a renovação do Side Letter encontrava-se pleiteada pela Companhia, porém ainda não havia sido formalmente assinada entre a Companhia e a RC Holding (Reag).

* * *